

# O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990

Arilson Favareto y  
Ricardo Abramovay

Documento de Trabajo N° 32  
Programa Dinámicas Territoriales Rurales  
Rimisp - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural



Este documento es el resultado del Programa Dinámicas Territoriales Rurales, que Rimisp lleva a cabo en varios países de América Latina en colaboración con numerosos socios. El programa cuenta con el auspicio del Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC, Canadá). Se autoriza la reproducción parcial o total y la difusión del documento sin fines de lucro y sujeta a que se cite la fuente.

This document is the result of the Rural Territorial Dynamics Program, implemented by Rimisp in several Latin American countries in collaboration with numerous partners. The program has been supported by the International Development Research Center (IDRC, Canada). We authorize the non-for-profit partial or full reproduction and dissemination of this document, subject to the source being properly acknowledged.

Cita / Citation:

Favareto, A. y Abramovay, R. 2009. "O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990". Documento de Trabajo N° 32. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

Arilson Favareto trabaja para el Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas de la Universidade Federal do ABC. Ricardo Abramovay es profesor de la Faculdade de Economia e Administração de la Universidade de São Paulo.

© Rimisp-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural

Programa Dinámicas Territoriales Rurales  
Casilla 228-22  
Santiago, Chile  
Tel +(56-2) 236 45 57  
dtr@rimisp.org  
www.rimisp.org/dtr

## Índice

<i>Resumo Executivo</i> .....	1
<i>1. Apresentação</i> .....	4
<i>2. Territórios, crescimento econômico e bem-estar</i> .....	7
<i>3. Procedimentos de pesquisa</i> .....	11
3.1 Redefinindo áreas urbanas e rurais.....	11
3.2 A Análise de desempenho das regiões .....	15
<i>4. Desempenho das regiões em renda, desigualdade e pobreza nos anos noventa</i> .....	17
4.1 Brasil .....	17
4.2 Norte.....	28
4.3 Nordeste .....	30
4.4 Centro-Oeste.....	33
4.5 Sudeste.....	37
4.6 Sul.....	39
<i>5. A título de conclusão: duas constatações e uma hipótese exploratória</i> .....	42
<i>6. Referências bibliográficas</i> .....	45
<i>7. Anexo</i> .....	47



## Resumo Executivo

Este trabalho é parte do Programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado pelo Rimisp (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural) e levado adiante simultaneamente em onze países da América Latina, dentre eles o Brasil. O objetivo central do projeto é contribuir para a melhoria das políticas públicas de desenvolvimento rural. A estratégia adotada consiste em localizar áreas rurais cujo processo de desenvolvimento sustentável justifique seu estudo, para que delas se possa extrair lições para a formulação de políticas públicas. Num primeiro momento, em cada um destes países são selecionadas regiões cujos dados socioeconômicos apontem um caminho diferenciado e potencialmente construtivo. A apresentação destes dados e a formulação de hipóteses a serem testadas em campo no segundo momento da pesquisa é o que se pretende com estas páginas. É importante salientar que não são incluídas aqui informações sobre a relação entre as sociedades e os ecossistemas, em virtude da ausência de dados agregados e comparáveis para o Continente. Esta ausência deverá ser preenchida também na próxima etapa.

Duas são as principais conclusões derivadas da análise dos dados sobre o Brasil no período compreendido entre 1991 e 2000, último período para o qual se dispõe de dados estatísticos sobre as dimensões abordadas no estudo: renda, desigualdade e pobreza.

Primeira conclusão, as áreas rurais apresentam resultados socioeconômicos bem mais edificantes que os obtidos nas regiões metropolitanas durante os anos 1990 e tudo indica que as transferências de renda tiveram aí um papel decisivo. É bem verdade que foi um período tumultuado da vida brasileira, com o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o fim da hiperinflação em 1994 e a crise asiática de 1997, que prejudicaram imensamente a economia. Além disso, no Nordeste, as secas de 1993 e 1998/1999 foram particularmente severas. O que chama a atenção, no entanto, é o contraste entre zonas rurais e zonas marcadas por aglomerações metropolitanas, quando se examinam de maneira conjunta **renda familiar, pobreza e desigualdade**.

Apenas 13,5% dos municípios situados em regiões marcadas por grandes aglomerações urbanas (75 municípios) onde viviam 3,5% da população urbana brasileira (menos de 3 milhões de pessoas), tiveram um **desempenho positivo** nestas três dimensões; enquanto nas regiões essencialmente rurais este percentual de municípios foi de 23,1 % (637 municípios), onde vivem 20,4% da população rural brasileira (mais de 10 milhões



de brasileiros). Inversamente, nas regiões mais urbanizadas os três indicadores pioraram simultaneamente, um **desempenho negativo** nas três dimensões, em 25,9% dos municípios, 144 municípios onde viviam nada menos do que 49,6% dos brasileiros urbanos (mais de 41 milhões de pessoas); enquanto nas regiões rurais essa deterioração foi verificada em somente 13,6% dos municípios, 374 municípios onde viviam 17,4% da população rural (8,8 milhões de habitantes): número imenso, sem dúvida, mas bem menor do que aquele verificado nas regiões marcadas por aglomerações metropolitanas.

Segunda conclusão: tão importante quanto esta constatação que desautoriza a simples associação entre urbanização e desenvolvimento é a verificação de que não há coincidência entre a localização destes municípios virtuosos e os chamados pólos dinâmicos das economias interioranas: não é necessariamente nos perímetros irrigados, nem nas regiões a que chegaram as indústrias petroquímicas, de calçados e têxteis que se encontram, nos anos 1990, os melhores indicadores.

A pergunta natural que emerge diante destas duas constatações é: se não há coincidência entre os pólos dinâmicos das economias regionais e a incidência de bons indicadores, o quê, então, pode explicar sua ocorrência? Há uma tendência em atribuir as causas desses bons indicadores às transferências de rendas via previdência social e programas sociais que, no Brasil, se acentuaram significativamente nos últimos vinte anos. Esta resposta, contudo, é incompleta, pois ela não permite entender as razões do enorme contraste que continua a existir mesmo entre regiões rurais onde o peso desta modalidade de programas sociais é idêntico.

As análises exploratórias de campo realizadas nesta fase da pesquisa permitem que se levante uma hipótese, a ser testada na fase posterior, quando se deve realizar um trabalho mais detido e baseado em metodologias qualitativas. Tudo indica que houve diversas áreas em que a estas transferências públicas vieram acrescentar-se cinco outros fatores importantes, capazes de dinamizar de maneira mais duradoura algumas áreas das regiões rurais mais pobres do país: a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias (roupas e redes, por exemplo), como no assalariamento agrícola sazonal (da cana-de-açúcar, entre outros produtos); neste caso, é nítida a tendência de que os indivíduos migrem de maneira provisória, gastando o dinheiro que ganharam nestas atividades em suas regiões de origem; b) programas de aumento da produção vinculado à distribuição pública de leite: estes programas datam do final dos anos 1990, mas ampliaram-se de maneira consistente no período atual com objetivo claramente distributivo: as políticas atuais privilegiam o fornecimento de leite por parte de agricultores familiares fixando um teto por produtor acima do qual o produto não é comprado pelo Governo; c) a diversificação das economias rurais e o



trabalho industrial a domicílio em pequenos municípios parece acentuar-se com a transferência de indústrias antes concentradas no Sudeste e com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados; d) a ampliação do público destinatário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com mais de um milhão de tomadores de empréstimo no Nordeste; e) as infra-estruturas e a prestação de serviços públicos no Brasil interiorano ainda se encontram em situação precária, mas com nítido avanço, sobretudo em educação, saúde e telecomunicações, com a ampliação do acesso a energia elétrica, generalização do uso da internet e do celular; é importante mencionar também o aumento da mobilidade espacial com maior rapidez no transporte entre os Estados bem como com a impressionante expansão do uso local de pequenas motocicletas, fatores que praticamente suprimiram o secular isolamento das áreas mais distantes. Alguns destes fatores - como a ampliação do público do Pronaf e o programa do leite, por exemplo - tornam-se efetivos apenas a partir do início da atual década. Outros como a industrialização de regiões interioranas, melhoria em infra-estruturas e transferência privadas, já ocorrem desde os anos 1990, mas numa intensidade bem menor do que a observada na atualidade. Em síntese, a causa dos bons indicadores estaria numa conjugação entre a força da economia residencial (com transferência de recursos privados e públicos) com o fornecimento de serviços públicos básicos e políticas que estimulam a inserção mercantil de atividades econômicas de pequena escala (como a pecuária leiteira, por exemplo). É importante sublinhar que o fundamento desta hipótese não está numa suposta transferência do eixo dinâmico do crescimento econômico para as regiões rurais: é óbvio que as grandes metrópoles estão na dianteira da inovação tecnológica, do dinamismo econômico e aí se concentram os esforços para reunir atributos competitivos capazes de atrair capitais internacionais. Mas as regiões rurais têm a grande virtude e o imenso potencial de atrair os ganhos decorrentes da aposentadoria, de parte das rendas públicas, da volta de processos migratórios e, com base nesta força da economia residencial, de promover dinâmicas que valorizem atributos locais não expostos - contrariamente ao que ocorre nas metrópoles - à concorrência globalizada. Este é o fundamento geral da hipótese que será a base para a próxima etapa da pesquisa, dedicada ao estudo comparado de duas regiões selecionadas.



## 1. Apresentação

Economia sem produção: esta foi a expressão usada por Gustavo Maia Gomes (2001) para caracterizar a extraordinária transformação por que passaram as regiões rurais do Nordeste brasileiro durante os anos 1990<sup>1</sup>. Apesar dos avanços das culturas irrigadas e da interiorização da indústria têxtil e calçadista, a região terminava a década marcada por dois traços, na visão de Maia Gomes, catastróficos. O primeiro era a maconha, da qual ele tenta estabelecer uma estimativa econômica. O segundo são as transferências públicas de renda: aportes diretos do Governo Federal às prefeituras, pagamentos dos salários dos funcionários públicos (na maioria dos municípios, quase os únicos a deter um registro formal de emprego) bolsa-escola, vale-gás e, sobretudo, a aposentadoria dos trabalhadores rurais, que, a partir de 1993 massifica-se e passa a um salário mínimo mensal. Maia Gomes calcula que estas transferências de renda eram cinco vezes maiores que o produto resultante da exploração das culturas irrigadas, da nova industrialização e da maconha somados. Para ele, entretanto, a capacidade multiplicadora destes recursos estatais é muito pequena: além de contribuir (de forma precária) à sobrevivência da população, as aposentadorias, os vencimentos dos funcionários, a bolsa-escola e o seguro-renda dinamizam o comércio local e as feiras, mas são lentos em estimular novas atividades produtivas.

Uma comparação entre os dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000 convida a que se coloque ao menos um grão de sal neste ceticismo. As áreas rurais apresentaram resultados socioeconômicos bem mais edificantes que os obtidos nas regiões metropolitanas durante os anos 1990 e tudo indica que as transferências de renda tiveram aí um papel decisivo. É o que mostra a evolução, no período entre os Censos de 1991 e 2000, de três parâmetros básicos: renda

---

<sup>1</sup> Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de Ana Barufi na elaboração do banco de dados em que ele se apóia. O trabalho de campo na Paraíba foi organizado e acompanhado por Maria do Carmo Oliveira, do Projeto Dom Hélder Câmara, que fez observações valiosas para melhorar a primeira versão do trabalho. O trabalho de campo na Bahia contou com a fundamental ajuda de Anderson Azevedo, articulador local das ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As críticas recebidas da equipe do RIMISP ajudaram também na tentativa de tornar o texto mais claro. É claro que, como sempre, os erros e omissões remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.





familiar per capita, pobreza e desigualdade. É bem verdade que foi um período tumultuado da vida brasileira, com o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o fim da hiperinflação em 1994 e a crise asiática de 1997, que prejudicaram imensamente a economia. Além disso, no Nordeste, as secas de 1993 e 1998/1999 foram particularmente severas. O que chama a atenção, no entanto, é o contraste entre zonas rurais e zonas marcadas por aglomerações metropolitanas, quando se examinam de maneira conjunta **renda familiar, pobreza e desigualdade**. Apenas 13,5% dos municípios situados em regiões marcadas por grandes aglomerações urbanas (75 municípios) onde viviam 3,5% da população urbana brasileira (menos de 3 milhões de pessoas), tiveram um **desempenho positivo** nestas três dimensões; enquanto nas regiões essencialmente rurais este percentual de municípios foi de 23,1 % (637 municípios), onde vivem 20,4% da população rural brasileira (mais de 10 milhões de brasileiros). Inversamente, nas regiões mais urbanizadas os três indicadores pioraram simultaneamente, um **desempenho negativo** nas três dimensões, em 25,9% dos municípios, 144 municípios onde viviam nada menos do que 49,6% dos brasileiros urbanos (mais de 41 milhões de pessoas); enquanto nas regiões rurais essa deterioração foi verificada em somente 13,6% dos municípios, 374 municípios onde viviam 17,4% da população rural (8,8 milhões de habitantes): número imenso, sem dúvida, mas bem menor do que aquele verificado nas regiões marcadas por aglomerações metropolitanas.

Tão importante quanto esta constatação que desautoriza a simples associação entre urbanização e desenvolvimento é a verificação de que não há coincidência entre a localização destes municípios virtuosos e os chamados pólos dinâmicos das economias interioranas: não é necessariamente nos perímetros irrigados ou nas regiões a que chegaram as indústrias de calçados e têxteis que se encontram, nos anos 1990, os melhores indicadores.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa coordenado pelo Rimisp (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - [www.rimisp.org](http://www.rimisp.org)), levado adiante simultaneamente em onze países da América Latina: Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile, Bolívia, Equador, Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras. O objetivo central do projeto é contribuir para a melhoria das políticas



públicas de desenvolvimento rural. A estratégia adotada consiste em localizar áreas rurais cujo processo de desenvolvimento sustentável justifique seu estudo, para que delas se possam extrair lições para a formulação de políticas públicas. Num primeiro momento, em cada um destes países são selecionadas regiões cujos dados socioeconômicos apontem um caminho diferenciado e potencialmente construtivo. Localizadas estas regiões, é feita uma rápida visita a campo em que se apresentam as informações coletadas neste primeiro levantamento a atores locais (lideranças políticas, empresariais e de movimentos sociais) em busca de suas próprias explicações para o desempenho positivo que, no último período para o qual se dispõe de informações nacionalmente comparáveis, o território em que vivem apresentou. Estas entrevistas já indicam também se houve continuidade – na visão dos atores locais – destes indicadores. E com base nestas visitas são escolhidas áreas (conjuntos de distritos, povoados ou municípios, conforme o país em questão) sobre cujo desempenho será elaborado um projeto de pesquisa para aprofundar o conhecimento das razões, das dinâmicas, das políticas e dos limites que marcam a vida atual destes territórios. Nesta segunda fase da pesquisa especial atenção será dada à relação entre o território e os ecossistemas dos quais depende, uma vez que as informações agregadas e comparáveis sobre a relação entre sociedade e natureza não estão disponíveis sob a forma de dados secundários, ao contrário do que ocorre com a renda e sua distribuição.

A seção dois do trabalho discute as articulações entre territórios, pobreza e desigualdade, culminando com a apresentação das principais constatações dos estudos brasileiros sobre o tema e com a indicação da necessidade de se proceder a um contraste entre o desempenho das regiões rurais e urbanas. A terceira seção traz a metodologia e os procedimentos adotados para a definição de regiões urbanas, rurais e intermediárias e para o tratamento estatístico dos dados. Na seção quatro são apresentados os dados obtidos com o presente estudo. Os dados são apresentados para o Brasil e por grande região geográfica, sempre explorando o contraste entre regiões rurais e urbanas. A conclusão traz um balanço das evidências empíricas encontradas e a indicação de hipóteses a serem testadas na fase dedicada ao estudo aprofundado em campo.



## 2. Territórios, crescimento econômico e bem-estar

É cada vez maior a contestação, nas ciências sociais contemporâneas, do vínculo entre crescimento econômico e bem-estar. O trabalho de Amartya Sen, representa um marco decisivo nesta reflexão ao mostrar não apenas situações tópicas e localizadas em que a fome convive com a abundância e a exportação de alimentos (Sen e Drèze, 1985), mas também informações agregadas que revelam a distância que pode existir entre o desempenho do Produto Interno Bruto e as medidas mais elementares de bem-estar social, como educação, saúde, liberdades humanas, acesso à cultura, preservação dos recursos naturais e a própria integridade do tecido social do qual dependem os indivíduos e as famílias (Sen, 1988). Para Sen, tão importante quanto a renda é aquilo que as condições sociais permitem ou estimulam os indivíduos a fazer com os recursos de que dispõem. O trabalho qualitativo a ser levado adiante na segunda etapa desta pesquisa tem exatamente a função de avaliar os funcionamentos (functionings), os seres (beings) e os fazeres (doings) sem os quais é impossível uma avaliação realista a respeito do que a obtenção de renda pode significar para o bem-estar dos indivíduos e para o desenvolvimento de uma região. O ponto de partida desta avaliação está no contraste emblemático que Sen estabelece, em seu texto de 1988, entre Brasil e Kerala: num caso, crescimento econômico, com concentração de renda e degradação social; no outro, melhoria generalizada de indicadores sociais, apesar de um crescimento econômico precário.

É interessante observar a convergência entre esta abordagem e a que procura mostrar os limites dos principais achados intelectuais da Nova Economia Geográfica. Krugman (1991) mostra - mas este ponto de vista pode ser encontrado igualmente na idéia de regiões vencedoras, tão cara ao trabalho de Alain Lipietz -, no início dos anos 1990, que os fatores produtivos não se dispersam em busca de mão-de-obra e matérias-primas baratas, mas, ao contrário, tendem a concentrar-se. Retornos crescentes, economias de aglomeração, redução de custos de transação, facilidade na troca de conhecimentos tácitos e na cooperação entre empresas explicam uma espécie de magnetismo das regiões vencedoras, que relega ao abandono tudo o que delas não faz parte. Fora das metrópoles globais e de suas áreas de influência não haveria esperança. Ao mesmo tempo em que o mundo amplia seu horizonte material, restringe sua base territorial e elimina os locais incapazes de oferecer às empresas as externalidades com base nas quais podem expandir-se.



A outorga do Prêmio Nobel a Krugman, em grande parte pelos achados da nova geografia econômica, torna de imensa atualidade a crítica a ele dirigida por uma corrente contemporânea que procura enfatizar a importância do consumo (e da economia voltada imediatamente a seu atendimento) para explicar processos localizados de desenvolvimento. Ann Markusen (2007), por exemplo, contesta a ideia tão comum a economistas regionais de que o sucesso de uma região interiorana ou rural depende fundamentalmente de sua capacidade exportadora, ou seja, da maneira como se integra competitivamente na divisão internacional do trabalho. Os trabalhos contemporâneos sobre sistemas produtivos localizados ou clusters, procuram enfatizar os fatores que permitem a afirmação competitiva de uma determinada região e, por aí, sua prosperidade. Numa ótica próxima à de Jane Jacobs (2004), Markusen (2007:11) considera que o consumo local pode ser base de renda e crescimento econômico. Ela mostra que nos Estados Unidos, as ocupações relacionadas com consumo local são as que mais participaram no aumento do emprego mesmo nas áreas metropolitanas, durante os anos 1990 (Markusen, 2007:12) e atribui o fenômeno ao aumento da demanda por bens anteriormente auto-produzidos pela própria família, envelhecimento da população e novas técnicas de atendimento médico, que aumentaram a demanda por cuidados de saúde e cuidados domiciliares, bem como pelo caráter intensivo em trabalho da oferta de bens locais em restauração e serviços turísticos, por exemplo.

Vai no mesmo sentido o trabalho recente do economista francês Laurent Davezies (2008), segundo o qual a nova economia geográfica não leva suficientemente em consideração a crescente distância entre produção e uso da riqueza. É verdade que o PIB concentra-se geograficamente. Mas o mesmo não ocorre necessariamente com os gastos dos indivíduos e das famílias. Nessa distância entre produção e renda encontra-se um dos fenômenos mais marcantes dos países desenvolvidos nos últimos anos e que explica a surpreendente vitalidade de alguns de seus territórios rurais. Os pólos dinâmicos da inovação tecnológica e do crescimento econômico são, cada vez menos, os locais de ampliação do bem-estar, de redução da pobreza e de aumento do emprego. Há um divórcio geográfico entre as forças produtivas e as dinâmicas de desenvolvimento, entre economia residencial e economia produtiva. Os lugares de crescimento econômico não são necessariamente aqueles onde melhor se mora, onde a luta contra a pobreza é mais bem-sucedida nem mesmo os mais capazes de criar empregos. E isso não ocorre apenas na França, nem mesmo somente na Europa Ocidental.

Para Davezies, produção e renda dissociam-se por duas razões básicas. A primeira é que os indivíduos ocupam parte cada vez menor de suas vidas com a produção: cresce o tempo do estudo, do lazer, da formação contínua e reduz-se a idade da aposentadoria. A esta dissociação temporal, acrescenta-se uma separação espacial. "Numa sociedade que



passa tão pouco tempo produzindo e tanto tempo consumindo, a dissociação entre tempo de produção e tempo de consumo acaba por se traduzir por uma dissociação entre lugares de produção e lugares de consumo": em 1976 a região metropolitana de Paris produzia 27% do PIB francês e seus domicílios dispunham de 25% da renda nacional. Em 1996, aumentou sua participação no PIB para 29% e caiu a renda de seus habitantes para 22% da renda domiciliar. Não é que os salários nas regiões metropolitanas tenham caído: mas caiu o número de assalariados e parte do que ganham foi gasto longe de onde trabalham. Além disso, há uma fortíssima tendência de os aposentados instalarem-se fora das regiões dinâmicas e competitivas onde passaram sua vida produtiva<sup>2</sup>. Uma vez que a aposentadoria se obtém cada vez mais cedo (na França em torno de 58 anos) e a expectativa de vida é de 20 anos adicionais, as regiões de acolhimento dos aposentados ganham uma força que não conheciam anteriormente. Não se trata de um dinamismo que se origina em competitividade internacionalmente consagrada e sim da oferta de bens e serviços locais exclusivos, capazes de garantir qualidade de vida. Isso vai desde pequeno comércio, artesanato, restauração, preservação do patrimônio natural e cultural até um conjunto de serviços de proximidade (saúde, acompanhantes, lazer) cuja ampliação pode representar uma fonte importante de bem-estar.

A segunda razão para a separação entre produção e renda é a importância crucial dos recursos públicos e das transferências privadas. Os salários dos funcionários e as prestações sociais - incluindo as aposentadorias - garantem a maior parte da renda familiar na França: não há uma só região francesa em que os salários privados sejam mais importantes que as rendas derivadas de fundos públicos. Os recursos públicos são elementos decisivos que garantem convergência regional de renda no interior da grande maioria dos países europeus. Nos EUA, como mostra Nesse (2006, apud Markusen, 2007:11) nada menos que 60% da renda das famílias das regiões não metropolitanas (e 49% das áreas metropolitanas) originam-se em fontes que não vêm dos salários de seus habitantes, mas de diferentes modalidades (públicas e privadas) de transferência de renda. Competitividade produtiva e atratividade residencial coincidem cada vez menos nos países desenvolvidos, o que amplia as chances dos territórios até então considerados perdedores e muda o horizonte a respeito das políticas públicas de descentralização.

Os trabalhos recentes do Banco Mundial abordam esta dissociação entre crescimento e bem-estar sob outro ângulo. Equity and development (World Bank, 2005) mostra que o

---

<sup>2</sup> Ver, no mesmo sentido, para a França, Hervieu e Viard (1996) e, para os Estados Unidos, o importante livro de um destacado assessor de Bill Clinton para o desenvolvimento rural (Galston e Baehler, 1996).



impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza está fortemente correlacionado à distribuição da renda. Situações de desigualdade acentuada vão caracterizar padrões de crescimento cujos resultados correm o risco até de concentrar as oportunidades e contribuir de maneira precária à redução da pobreza. A situação da América Latina é particularmente colocada em destaque nos trabalhos do Banco Mundial (De Ferranti, 2003) como o continente em que o crescimento econômico por si só tem contribuído relativamente pouco para a redução direta da pobreza. Pior: a desigualdade pode mesmo comprometer as oportunidades de uso produtivo dos recursos sociais e, portanto, o próprio crescimento. Corroborando os trabalhos do Banco Mundial (De Ferranti et al., 2003 e World Bank, 2005), a New Economic Foundation mostra que, durante os anos 1990, para cada US\$ 100 de crescimento na renda mundial per capita apenas US\$ 0,60 contribuíram para reduzir a pobreza dos que recebem menos de US\$ 1,00 por dia (NEF, 2008).

No Brasil, também os trabalhos recentes do IPEA reforçam as hipóteses que enfatizam a dissociação entre crescimento e equidade. Resende et al. (2007), por exemplo, analisam o padrão de crescimento econômico que prevaleceu nas metrópoles brasileiras durante os anos 1990. "O crescimento econômico é tido como pró-pobre, dizem eles, se houve um aumento da renda dos mais pobres acima da elevação da renda média. Um crescimento econômico do tipo pró-pobre pode ser visto como um instrumento efetivo de distribuição de renda e de redução da pobreza". Segundo os autores, nenhuma capital brasileira alcançou tal desempenho. Apesar do crescimento mais vigoroso da renda per capita das capitais nordestinas, com relação ao restante do Brasil, a região chega ao ano 2000 concentrando os piores indicadores de pobreza metropolitana. Em praticamente todas as capitais brasileiras os pobres beneficiam-se muito menos do crescimento econômico que os não pobres. O caso de São Paulo é gritante: "a taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres foi de -2,91%, -1,52%, -0,83 e -0,10%, respectivamente, sempre abaixo do crescimento positivo da renda *per capita* de toda população, que foi de cerca 1,5%" (Resende et al, 2007)

É verdade que os municípios interioranos das regiões mais pobres do País apresentam indicadores mais precários que os das áreas metropolitanas, como bem aponta o importante trabalho de Silveira et al. (2007). A observação dos mapas comparativos, contidos em seu trabalho, referentes a parâmetros fundamentais como educação, saúde, qualidade de moradia e renda indicam uma divisão básica entre Brasil meridional e setentrional. É nítida a inferioridade da situação das regiões Norte e Nordeste. Ao mesmo tempo, quando se examinam dados sobre educação, saúde e situação dos domicílios, a evolução foi mais positiva em áreas pobres do que em regiões metropolitanas.



O que nenhum dos trabalhos brasileiros citados faz é uma contraposição entre áreas rurais e áreas metropolitanas. A razão é que a definição de áreas rurais limita-se àquela estabelecida pelo IBGE. Perde-se assim uma dimensão fundamental na evolução socioeconômica dos anos 1990: há mais municípios que conseguiram uma convergência em bons indicadores de renda familiar, pobreza e desigualdade nas regiões predominantemente rurais do que nas áreas metropolitanas. É o que será visto a seguir.

### 3. Procedimentos de pesquisa

#### 3.1 Redefinindo áreas urbanas e rurais

O problema maior da maneira como áreas urbanas e rurais são definidas pelo IBGE reside no fato de que cada município estabelece os limites entre elas de acordo com diferentes critérios. Assim, torna-se no mínimo temerária qualquer comparação de desempenho entre territórios. Além disso, as mudanças na estrutura demográfica do desenvolvimento territorial brasileiro na década passada tornaram comum o fato de haver agricultores que residem nos pequenos núcleos urbanos e fazem deslocamentos diários até suas unidades de produção, ou inversamente, membros de famílias de agricultores que continuam residindo nas unidades de produção e fazem o movimento inverso, trabalhando diariamente em ocupações não agrícolas no núcleo urbano próximo. Como contabilizar essa população? Pior: a delimitação entre rural e urbano torna-se arbitrária, uma vez que qualquer sede de distrito ou de um pequeno município é considerada urbana, ao mesmo tempo em que uma área remota num município metropolitano será considerada rural: perde-se, assim, a possibilidade de encarar a existência de municípios e regiões marcados por traços geográficos típicos da ruralidade, constituídos tanto por sua densidade demográfica, como por certas modalidades de relação com os ecossistemas de que dependem.

Em virtude disso, muitos estudiosos sugeriram outra regra, procurando maior fidelidade ao que se poderia, de fato, chamar por urbano: não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes. Somente essa mudança de critério já faria com que se considerasse rural a população de 4.024 municípios brasileiros que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que alteraria o grau de urbanização para 70%. O complicador aqui está no fato de que há vários municípios com



menos de 20 mil habitantes e que apresentam altas densidades demográficas, invalidando assim um dos critérios que o tamanho diminuto da população tenta espelhar, que é o grau de interconhecimento entre a população local. Uma parte desses municípios localiza-se mesmo em regiões metropolitanas e outras aglomerações: dois indicadores que caracterizam tipicamente o fenômeno urbano.

Para ser mais fiel à necessidade de combinar critérios estruturais e funcionais seria preciso envolver, no mínimo, o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização. Para isso, na tipologia proposta em Veiga (2004), por sua vez inspirada na classificação utilizada internacionalmente pela OCDE (1994), foram considerados como eminentemente urbanos os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas e nos 77 centros urbanos identificados na pesquisa IPEA/IBGE/Unicamp-Nesur (1999/2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos, estavam 57% da população em 2000.

Para distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam em situação ambivalente, o critério decisivo foi a densidade demográfica, por ser considerada a mais próxima de expressar as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas: nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. Para definir o critério de corte, foram realizados vários testes estatísticos, até que se considerasse sólida a proposição de definir como de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km<sup>2</sup>, e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km<sup>2</sup>, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. Com esse critério, considerou-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertenciam ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural era formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes (Veiga, 2004). Essa tipologia sugeria ainda que só havia cidades propriamente ditas nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural seriam, na verdade, vilarejos, e as sedes dos 567 municípios intermédios seriam vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

Essa tipologia de municípios foi aperfeiçoada pelo autor em um trabalho posterior, desta vez baseado na hierarquia das microrregiões brasileiras. Nela, se considera que as 12





aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Restam, sem fortes referências urbanas, outras 420, isto é, de 75% das microrregiões. Para hierarquizá-las, recorreu-se novamente à densidade demográfica como critério. Na tabela a seguir é usado o mesmo critério de 80 habitantes por quilômetro quadrado – para separar essas microrregiões que não contêm sequer um centro urbano. Isto é, diferenciar as 420 microrregiões distantes de aglomerações e de centros urbanos em duas categorias separadas por esse corte de densidade demográfica.

**Tabela 1**  
**Tipologia das Microrregiões do Brasil e crescimento populacional (1991-2000)**

<b>Tipos de MRG</b>	<b>Número</b>	<b>População 1991</b> (milhões)	<b>População 2000</b> (milhões)	<b>Varição %</b>
Metropolitanas	22	48,1	57,0	18,5
Não-metropolitanas	41	21,7	26,1	19,9
C/Centros Urbanos	75	23,5	27,7	18,0
Mais de 80 hab/km <sup>2</sup>	32	5,6	6,4	14,8
Menos de 80 hab/km <sup>2</sup>	388	47,9	52,4	9,3
<b>TOTAL</b>	<b>558</b>	<b>146,8</b>	<b>169,6</b>	<b>15,5</b>

**Fonte dos dados brutos:** Censos demográficos, IBGE; **Reproduzido de:** Veiga (2004<sup>b</sup>)

Como o comportamento populacional do grupo formado por microrregiões que não têm centros urbanos, mas que têm mais de 80 habitantes por quilômetro quadrado é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações, optou-se por agrupar esses cinco tipos em três categorias: microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com alta densidade populacional); e microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com baixa densidade populacional). A tabela a seguir resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2000, em torno de 30%, de maneira similar ao que havia indicado a abordagem anterior de caráter municipal. A distribuição espacial destas microrregiões é apresentada logo depois num mapa com a tipologia que será adotada doravante.



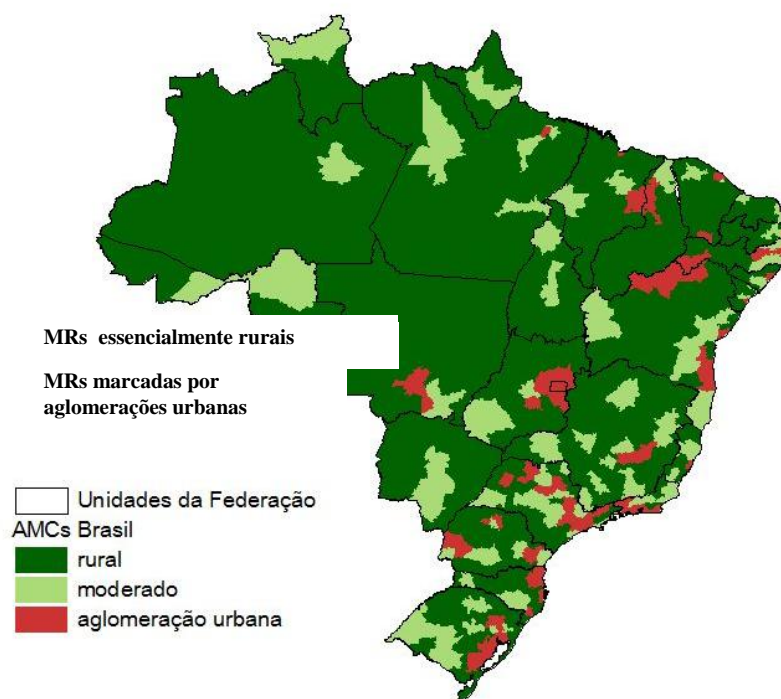
**Tabela 2**  
**Configuração territorial básica do Brasil (2000)**

<b>Tipos de MRG</b>	<b>Número</b>	<b>População 2000 (milhões)</b>	<b>Variação 1991-2000 (%)</b>	<b>Peso relativo em 2000</b>
Marcadas por aglomerações	63	83,1	19,0	49,0
Significativamente urbanizadas	107	34,1	17,4	20,1
Predominantemente rurais	388	52,4	9,3	30,9
<b>TOTAL</b>	<b>558</b>	<b>169,6</b>	<b>15,5</b>	<b>100,0</b>

**Fonte dos dados brutos:** Censos demográficos, IBGE.

**Reproduzido de:** Veiga (2004b)

**Mapa 1**  
**Configuração territorial básica do Brasil (2000)**



A definição usada neste trabalho permite contornar este tipo de problema. Baseada na tipologia elaborada por Veiga et al. (2002), por sua vez inspirada na classificação utilizada pela OCDE, utiliza-se aqui a idéia de regiões essencialmente rurais, regiões essencialmente urbanas, e regiões marcadas por aglomerações urbanas.

### 3.2 A Análise de desempenho das regiões

Para analisar o desempenho das regiões, utilizou-se o conceito de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do IPEA (Reis et al. 2004). Estas áreas consideram as alterações ocorridas nos municípios em intervalos de tempo distintos: por exemplo, se um município se desmembrou em dois no decorrer dos anos 1990, uma única área mínima comparável é levada em conta. Para o período considerado neste estudo (1991-2000), existem 4.267 AMCs. Estas AMCs foram posteriormente classificadas de acordo com a tipologia territorial apresentada acima. Partindo desta divisão, classificaram-se os municípios de acordo com a caracterização da microrregião da qual eles fazem parte. Em seguida, agregaram-se os municípios de forma a obter as AMCs, sendo que algumas delas possuíam municípios de microrregiões diferentes e classificados de maneira distinta na tipologia acima apresentada. Dado que o interesse do presente trabalho é o de estudar as áreas rurais com baixa interferência das áreas urbanas vizinhas, utilizou-se um critério conservador no sentido de caracterizar as AMCs compostas por municípios com diferentes classificações; por exemplo, no caso daquelas com municípios “moderados” e “predominantemente rurais”, a AMC foi caracterizada como “moderada” (e assim por diante). O resultado é apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 3**  
**Distribuição das AMCs por grau de urbanização – Brasil**

<b>Brasil</b>	<b>Número</b>	<b>População 2000 (milhões)</b>	<b>Varição 1991-2000 (%)</b>	<b>Peso Relativo da População em 2000 (%)</b>
Essencialmente rurais	2.754	51,0	9,4	30,0
Significativamente urbanas	957	35,1	17,2	20,7



Marcadas por aglomerações urbanas	556	83,7	19,1	49,3
<b>Total</b>	<b>4.267</b>	<b>169,8</b>	<b>15,6</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** elaboração dos autores, com base em dados do IPEADATA.

Com base nesta classificação das AMCs, analisaram-se as seguintes variáveis: renda per capita média, índice de Gini de renda *per capita* média, percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza. Todas essas variáveis foram calculadas sobre a renda *per capita* em Reais de 2000, em dois períodos, 1991 e 2000, para as AMCs (1991-2000) de todo o Brasil. Utilizaram-se os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A renda per capita foi obtida a partir do total da renda nominal média mensal domiciliar (proveniente de todas as fontes de rendimentos). Para 1991, considerou-se como Rendimento Nominal Médio Mensal Domiciliar a soma dos rendimentos dos moradores do domicílio, exclusive as dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados. Foi feita atualização destes valores utilizando o IGP-DI e o Multiplicador de Unificação Monetária do Banco Central, partindo da data de referência do Censo de 1991 (31 de agosto para 1º de setembro de 1991), e chegando até 1º de Agosto de 2000. Já para 2000, a variável utilizada é o rendimento nominal mensal obtido com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 no trabalho principal, com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 de outros trabalhos (trabalhos exercidos simultaneamente com o trabalho principal), com o rendimento bruto do mês de julho de 2000, proveniente de aposentadoria ou pensão, com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 outros rendimentos não enquadrados nas categorias anteriores. Para obter o Rendimento per capita domiciliar, utilizou-se o número total de moradores do domicílio. Para que o peso de cada observação para expansão dos dados da amostra do Censo refletisse o número de pessoas com cada tipo de rendimento, multiplicou-se o peso de cada domicílio pelo número de pessoas, pessoas consideradas na condição do domicílio como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. Em seguida, com o programa *Stata*, calculou-se a renda *per capita* média de cada AMC, obtendo os respectivos erros padrões. Para calcular o Gini de renda *per capita* média, utilizou-se o comando *ineqerr*, que permite obter o desvio padrão do índice. Por fim, para calcular pobreza, o comando aplicado foi *sepov*, considerando a linha de pobreza de R\$ 75,50, ou seja, meio salário mínimo em reais de 1º de Agosto de 2000.



Com estes valores, foi possível calcular a variação entre 1991 e 2000 de cada uma das variáveis. Além disso, fez-se uma análise da significância estatística desta variação, calculando-se uma estatística t. Como os casos de interesse eram as AMCs com melhora em cada um destes indicadores (redução do % de pessoas pobres, redução do índice de Gini, aumento da renda *per capita* média), cada uma delas foi classificada dentre as possibilidades de variação padronizada na pesquisa (ver Tabela 1). Nesta tabela, considera-se "Positivo" como um sinônimo de melhora. Caso a variável tenha apresentado variação insignificante ou contrária ao sentido de melhora, classificou-se o resultado para a respectiva AMC como negativo. A aplicação desta tipologia às microrregiões é apresentada na seção seguinte.

**Tabela 4**  
**Categorias de definição de tipologias de desempenho**

<b>Categoria</b>	<b>Mudança na renda</b>	<b>Mudança na incidência de pobreza</b>	<b>Mudança na distribuição da renda</b>
1	Positivo	Positivo	Positivo
2	Positivo	Positivo	Negativo
3	Positivo	Negativo	Positivo
4	Positivo	Negativo	Negativo
5	Negativo	Positivo	Positivo
6	Negativo	Positivo	Negativo
7	Negativo	Negativo	Positivo
8	Negativo	Negativo	Negativo

**Fonte:** RIMISP.

## 4. Desempenho das regiões em renda, desigualdade e pobreza nos anos noventa

### 4.1 Brasil

As duas próximas tabelas trazem o resultado obtido com os procedimentos descritos na seção anterior para as microrregiões do conjunto do país.

A primeira metade dos anos 1990 caracterizou-se, no Brasil por forte instabilidade decorrente tanto do impeachment de Fernando Collor de Mello, como da hiperinflação que perdurou até 1994. Já na segunda metade da década a crise asiática de 1997 teve



efeito devastador. O resultado é um crescimento econômico medíocre no período. Em 1993 o artigo da Constituição de 1988 que garantia aposentadoria aos trabalhadores rurais foi regulamentado e o ganho elevado a um salário mínimo. Ao mesmo tempo houve ampla mobilização social para a conquista da aposentadoria que ao final da década atingia nada menos que 4 milhões de beneficiários (Delgado e Cardoso Jr., 2000). Isto fez com que houvesse uma diminuição significativa da pobreza, que atingia 40,8% da população no início dos anos 90, para 33,6% da população no início da década seguinte. Contudo, no mesmo período a desigualdade de renda continuou a aumentar, seguindo a tendência histórica do país.

Em síntese, o Brasil experimentou, nos anos 90, crescimento medíocre da renda, redução significativa da pobreza, e concomitante aumento da desigualdade. As tabelas a seguir mostram os contrastes entre estas três dimensões.

**Tabela 5**  
**Distribuição das AMCs nas categorias e**  
**definição de tipologias de desempenho**  
**Brasil**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	75	13,5	180	18,8	637	23,1	892	20,9
Melhora significativa em renda e pobreza	71	12,8	161	16,8	663	24,1	895	21,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	5	0,9	2	0,2	4	0,1	11	0,3
Melhora significativa somente em renda	55	9,9	60	6,3	154	5,6	269	6,3
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	86	15,5	177	18,5	487	17,7	750	17,6
Melhora significativa somente em pobreza	4	0,7	22	2,3	62	2,3	88	2,1
Melhora significativa somente em desigualdade	116	20,9	180	18,8	373	13,5	669	15,7
Nada melhora Significativamente	144	25,9	175	18,3	374	13,6	693	16,2
<b>Total</b>	<b>556</b>	<b>100,0</b>	<b>957</b>	<b>100,0</b>	<b>2754</b>	<b>100,0</b>	<b>4267</b>	<b>100,0</b>



**Tabela 6**  
**Distribuição da população das AMCs nas categorias de**  
**definição de tipologias de desempenho - Brasil**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativame nte urbanas		Regiões essencialment e rurais		Total	
	Populaçã o	%	População	%	Populaçã o	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	2.924.564	3,5	4.607.165	13,1	10.417.063	20,4	17.948.792	10,6
Melhora significativa em renda e pobreza	2.194.456	2,6	3.755.314	10,7	11.532.673	22,6	17.482.443	10,3
Melhora significativa em renda e desigualdade	577.768	0,7	106.304	0,3	64.081	0,1	748.153	0,4
Melhora significativa somente em renda	4.219.330	5,0	1.757.608	5,0	3.131.284	6,1	9.108.222	5,4
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	3.904.600	4,7	6.542.151	18,6	8.902.999	17,4	19.349.750	11,4
Melhora significativa somente em pobreza	168.715	0,2	468.588	1,3	1.103.360	2,2	1.740.663	1,0
Melhora significativa somente em desigualdade	28.187.271	33,7	8.065.531	23,0	7.052.440	13,8	43.305.242	25,5
Nada melhora Significativamente	41.493.864	49,6	9.829.108	28,0	8.859.778	17,4	60.182.750	35,4
Total geral	83.670.568	100,0	35.131.769	100,0	51.063.678	100,0	169.866.015	100,0

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** Como se pode observar, apenas dois, em cada dez municípios brasileiros, 20,9% do total, experimentaram uma situação onde foi possível simultaneamente melhorar a renda, diminuir a pobreza e a desigualdade nos anos noventa (categoria 1). Em outro grupo de dois dentre dez municípios, 21% do total, foi possível melhorar a renda e a pobreza, mas com piora da situação de desigualdade (categoria 2). Em outros 17,6% dos municípios houve melhora da pobreza e da desigualdade, mas com menor renda familiar (categoria 5). Em 15,7% a melhora deu-se



somente no quesito desigualdade (categoria 7). E finalmente, em outros 16% todos os indicadores simplesmente pioraram (categoria 8). As demais categorias, como se pode observar, tiveram incidência inferior a 10%.

**Quantos brasileiros viviam em municípios onde houve melhoria e quantos viviam em localidades onde pioraram os indicadores?** Quando se olha para a distribuição territorial destas categorias de desempenho, o resultado é muito mais chocante: na categoria 8, onde pioram todos os indicadores considerados, vivem 60 milhões de habitantes. Embora se trate de apenas 16,2% dos municípios, eles concentram 35,4% da população. Na categoria 1, onde todos os indicadores melhoram, vivem quase 18 milhões de pessoas, apenas 10,6% do total do universo considerado.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Brasil essencialmente urbano, 49,6% da população viviam, em 2000, em municípios que experimentaram queda na renda acompanhada de aumento da pobreza e da desigualdade, a pior categoria da tipologia adotada: 41 milhões de pessoas. No Brasil intermediário, esse percentual era de 28%, 9,8 milhão de pessoas. E no Brasil rural, de 17,4%, 8,8 milhão de pessoas.

**Onde houve melhoria nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Brasil urbano, apenas 3,5% da população vivia, em 2000, nos municípios em que houve melhoria da renda, da pobreza e da desigualdade, o equivalente a 2,9 milhão de pessoas. No Brasil intermediário esse percentual era de 13% da população, 4,6 milhão de pessoas, vivendo em 18,8% dos municípios. E no Brasil rural, esse percentual que chega a 20% da população rural, 10,4 milhão de pessoas, vivendo em 23% dos municípios de regiões rurais com desempenho triplamente positivo.

**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhora na renda?** No Brasil urbano apenas 4,7% da população, 3,9 milhão de habitantes, viviam em localidades onde houve diminuição da pobreza e da desigualdade sem aumento da renda. No Brasil intermediário, viviam nesta situação 18,6% da população, 6,5 milhão de habitantes. E no Brasil rural, a pobreza e a desigualdade diminuíram, mas sem aumento da renda, em 17,7% dos municípios, onde viviam 17,4% da população rural: 8,9 milhão de pessoas.

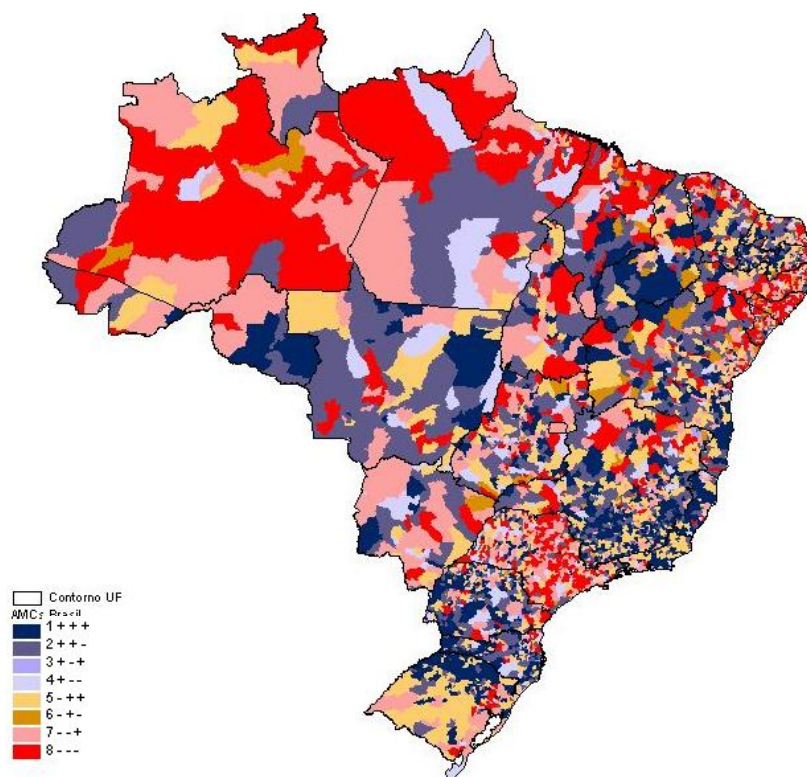
O mapa a seguir mostra a distribuição espacial destes municípios, de acordo com as oito categorias de classificação utilizadas.





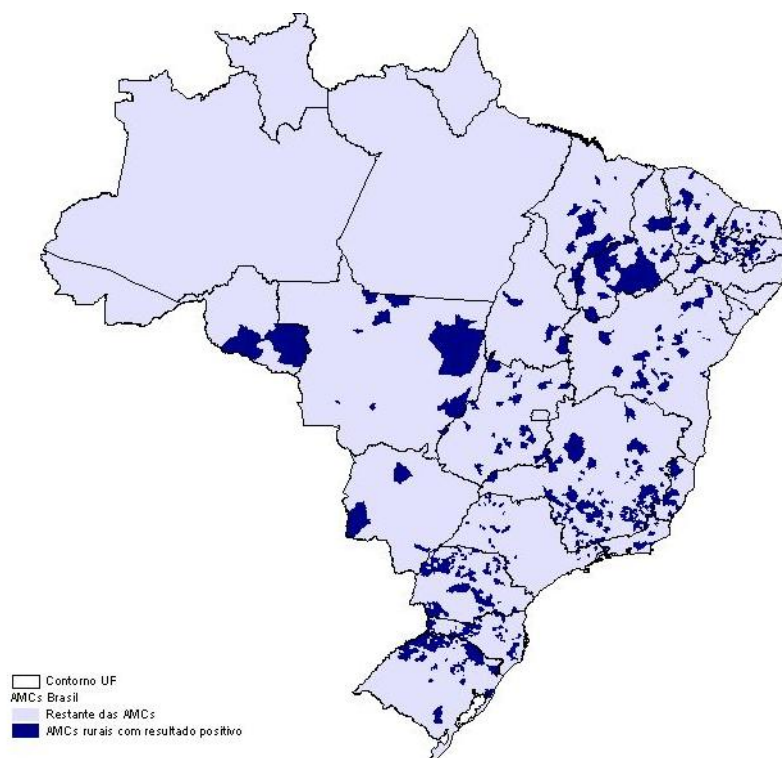
## Mapa 2

### Distribuição espacial dos municípios brasileiros de acordo com o desempenho em indicadores de renda, pobreza e desigualdade (1991-2000)



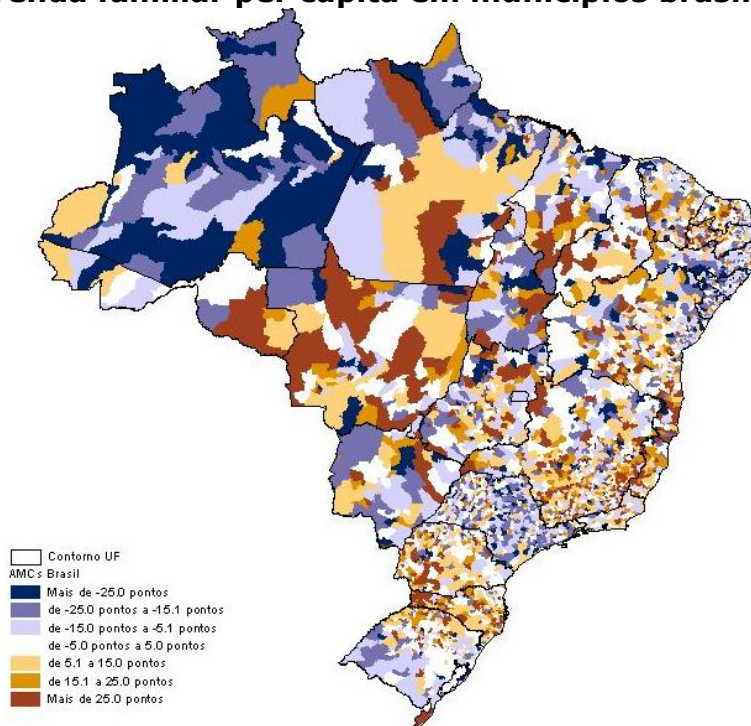
### Mapa 3

## Distribuição espacial dos municípios brasileiros onde houve, simultaneamente, aumento da renda, diminuição da pobreza, e diminuição da desigualdade (1991-2000)

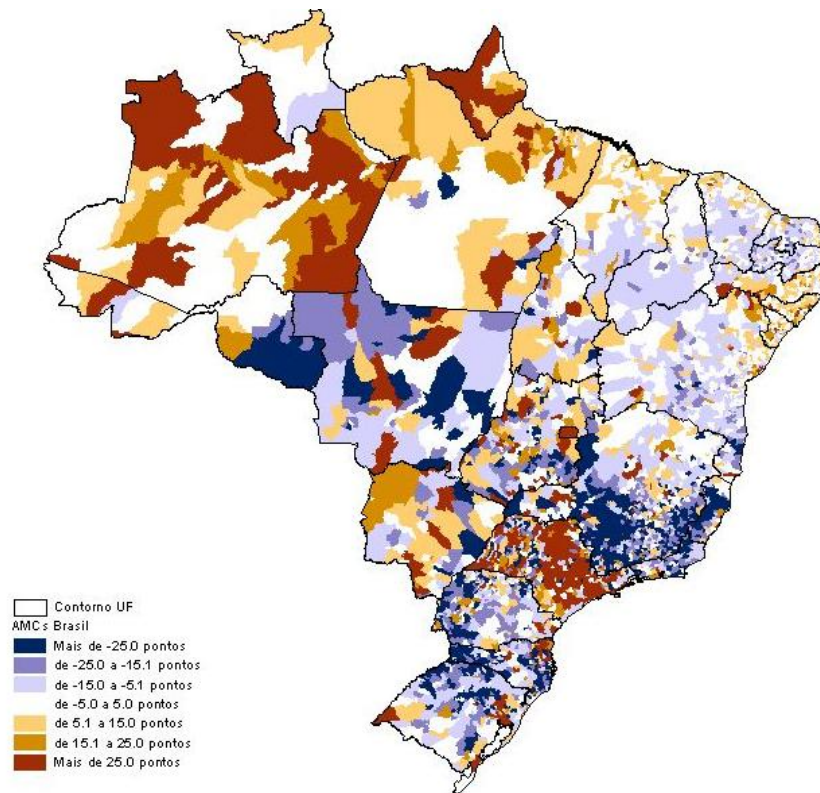


### Mapa 4

## Evolução da renda familiar per capita em municípios brasileiros (1991-2000)

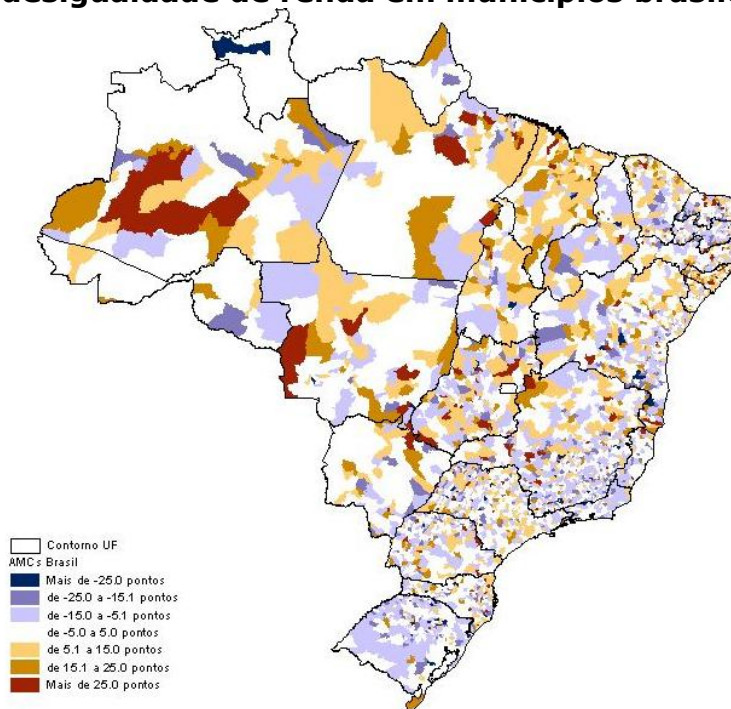


### Mapa 5 Evolução da pobreza em municípios brasileiros (1991-2000)



### Mapa 6

#### Evolução da desigualdade de renda em municípios brasileiros (1991-2000)



Os mapas anteriores indicam também a ocorrência de fortes contrastes entre as grandes regiões do país, o que pode ser visualizado nas duas tabelas a seguir. Nelas pode-se observar que a região Sul apresenta, no seu conjunto, a melhor ocorrência de bons indicadores. E que a região Norte situa-se no extremo oposto. Na região Centro-Oeste sobressai um desempenho fortemente marcado pela desigualdade. Na região Sudeste encontram-se os maiores contrastes entre os desempenhos das regiões rurais e daquelas marcadas por aglomerações metropolitanas. E no Nordeste encontra-se o perfil mais multifacetado, num reflexo do crescente processo de heterogeneização daquela região. Os dados intraregionais serão analisados em seguida.



**Tabela 7**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de desempenho - Brasil e regiões**

Catego ria	Brasil		Norte		Norde ste		Centro -Oeste		Sudes te		Sul	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	75	13,5	18	7,1	249	17,1	40	11,2	322	22,6	263	33,6
Melhora significativa em renda e pobreza	71	12,8	40	15,7	315	21,7	108	30,3	256	18,0	176	22,5
Melhora significativa em renda e desigualdade	5	0,9		0,0		0,0	1	0,3	6	0,4	4	0,5
Melhora significativa somente em renda	55	9,9	17	6,7	70	4,8	34	9,6	95	6,7	53	6,8
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	86	15,5	20	7,9	245	16,9	58	16,3	268	18,8	159	20,3
Melhora significativa somente em pobreza	4	0,7	2	0,8	55	3,8	6	1,7	20	1,4	5	0,6
Melhora significativa somente em desigualdade	116	20,9	65	25,6	216	14,9	69	19,4	245	17,2	74	9,5
Nada melhora significativamente	144	25,9	92	36,2	302	20,8	40	11,2	211	14,8	48	6,1
<b>Total geral</b>	<b>556</b>	<b>100,0</b>	<b>254</b>	<b>100,0</b>	<b>1452</b>	<b>100,0</b>	<b>356</b>	<b>100,0</b>	<b>1423</b>	<b>100,0</b>	<b>782</b>	<b>100,0</b>



**Tabela 8**  
**Distribuição da população das AMCs nas categorias de desempenho –**  
**Brasil e regiões**

Categori a	Brasil		Norte		Nordes te		Centro -Oeste		Sudest e		Sul	
	Populaç ão	%	Populaç ão	%	Populaçã o	%	Populaç ão	%	Populaç ão	%	Populaçã o	%
Melhora significativ a em renda, pobreza e desigualda de	17.948.792	10,6	952.599	7,4	4.943.000	10,3	556.244	4,8	6.457.301	8,9	5.039.648	20, 1
Melhora significativ a em renda e pobreza	17.482.443	10,3	1.657.459	12, 8	7.681.552	16,1	1.805.607	15,5	3.830.249	5,3	2.507.576	10, 0
Melhora significativ a em renda e desigualda de	748.153	0,4		0,0		0,0	4.330	0,0	447.481	0,6	296.342	1,2
Melhora significativ a somente em renda	9.108.222	5,4	531.816	4,1	2.008.901	4,2	1.368.112	11,8	2.997.789	4,1	2.201.604	8,8
Melhora significativ a em pobreza e desigualda de	19.349.750	11,4	455.468	3,5	7.211.595	15,1	843.349	7,2	7.327.875	10, 1	3.511.463	14, 0
Melhora significativ a somente em pobreza	1.740.663	1,0	35.725	0,3	1.046.966	2,2	191.440	1,6	356.818	0,5	109.714	0,4
Melhora significativ a somente em desigualda de	43.305.242	25,5	3.103.773	24, 0	12.941.827	27,1	3.621.424	31,1	19.507.974	26, 9	4.130.244	16, 5
Nada melhora Significativ amente	60.182.750	35,4	6.174.331	47, 8	11.948.645	25,0	3.245.095	27,9	31.504.706	43, 5	7.309.973	29, 1
<b>Total geral</b>	169.866.01 5	100	12.911.17 1	100	47.782.486	100	11.635.601	100	72.430.193	100	25.106.564	100



## 4.2 Norte

A região Norte é aquela que apresentou a pior ocorrência do conjunto de indicadores, como se pode observar nas duas próximas tabelas. A maior parte dos municípios e da população estavam, respectivamente, na categoria em que há uma piora dos três indicadores considerados e naquela em que ocorre diminuição da desigualdade, mas acompanhada de piora na renda e aumento da pobreza. Algo que ganha tons dramáticos quando se considera a sobreposição desta situação econômica e social aos problemas ambientais da Amazônia.

**Tabela 9**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho Norte**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	1	25,0	6	11,3	11	5,6	18	7,1
Melhora significativa em renda e pobreza		0,0	7	13,2	33	16,8	40	15,7
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0		0,0		0,0		0,0
Melhora significativa somente em renda		0,0	2	3,8	15	7,6	17	6,7
Melhora significativa em pobreza e desigualdade		0,0	4	7,5	16	8,1	20	7,9
Melhora significativa somente em pobreza		0,0		0,0	2	1,0	2	0,8
Melhora significativa somente em desigualdade	1	25,0	12	22,6	52	26,4	65	25,6
Nada melhora Significativamente	2	50,0	22	41,5	68	34,5	92	36,2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	<b>197</b>	<b>100,0</b>	<b>254</b>	<b>100,0</b>





**Tabela 10**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho**

**Norte**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	121.353	6,5	388.156	7,6	443.090	7,5	952.599	7,4
Melhora significativa em renda e pobreza		0,0	378.949	7,4	1.278.510	21,6	1.657.459	12,8
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0		0,0		0,0		0,0
Melhora significativa somente em renda		0,0	21.649	0,4	510.167	8,6	531.816	4,1
Melhora significativa em pobreza e desigualdade		0,0	37.305	0,7	418.163	7,1	455.468	3,5
Melhora significativa somente em pobreza		0,0		0,0	35.725	0,6	35.725	0,3
Melhora significativa somente em desigualdade	393.569	21,2	1.351.362	26,3	1.358.842	23,0	3.103.773	24,0
Nada melhora significativamente	1.343.882	72,3	2.961.398	57,6	1.869.051	31,6	6.174.331	47,8
<b>Total geral</b>	<b>1.858.804</b>	<b>100,0</b>	<b>5.138.819</b>	<b>100,0</b>	<b>5.913.548</b>	<b>100,0</b>	<b>12.911.171</b>	<b>100,0</b>

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** Apenas 7,1% dos municípios da região Norte experimentaram melhoria nos três indicadores considerados (categoria 1). Mais de 1/3 deles, o equivalente a 36,2% do total estavam em 2000 no extremo oposto (categoria 8). A segunda maior concentração, 25,6% do total de municípios encontrava-se na situação onde somente a desigualdade havia melhorado, com piora da renda e da pobreza, o que indica uma situação de empobrecimento geral destas regiões. 15,7% dos municípios, ao contrário, haviam melhorado a pobreza e a renda, mesmo na ausência de melhoria em desigualdade. Todas as demais situações foram inferiores a 8% do total de municípios.

**Quantos habitantes vivem em municípios onde houve melhoria e quantos vivem em localidades onde pioraram os indicadores?** 47,8% da população viviam em municípios que tiveram piores indicadores na evolução de renda, desigualdade e



pobreza, enquanto somente 7,4% habitavam municípios onde os três indicadores melhoraram. Outros 24% da população regional estavam nos municípios onde a desigualdade diminuiu, mas acompanhada de menor renda e de mais pobreza. E 12,8% da população encontravam-se nos municípios onde a renda aumentou e a pobreza diminuiu, mas com aumento da desigualdade.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** A piora dos indicadores observados ocorreu predominantemente nos municípios de áreas mais urbanizadas, mais precisamente em 50% deles. No entanto, como a urbanização desta região é mais frágil, não reside nestas localidades a maioria da população. Neste grupo de municípios residem 1,3 milhão de pessoas. Nos municípios intermediários a incidência dos piores indicadores abrange 41,5% do total, onde residem 2,9 milhão de pessoas. E no Norte essencialmente rural, os piores indicadores ocorrem em 34,5% dos municípios, mas neles residem 1,8 milhão de pessoas.

**Onde houve melhoria nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** Nas áreas mais urbanizadas a melhoria dos indicadores observados deu-se em 25% deles. Nestas áreas residiam apenas 121 mil pessoas. No Norte intermediário os municípios onde houve melhora simultânea dos três indicadores são 11,3% do total, onde vivem 388 mil pessoas. E no Norte rural, embora o percentual de municípios fique em apenas 5,6% do total dos municípios rurais, residem ali 443 mil pessoas.

**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhora na renda?** Nas áreas urbanas simplesmente não existem municípios onde a desigualdade e a pobreza diminuíram mesmo sem melhora na renda. No Norte intermediário situavam-se nesta categoria 7,5% dos municípios, o equivalente a quase 37 mil pessoas. E No Norte rural, estavam 16% dos municípios, onde viviam 418 mil pessoas.

### 4.3 Nordeste

A região Nordeste apresenta um padrão bastante próximo daquele observado para o conjunto do país. Porém aqui, o maior percentual de municípios se encontra na categoria 2, onde houve melhora da renda e diminuição da pobreza, mas sem diminuição da desigualdade. Logo em seguida vem a categoria 8, onde todos os indicadores pioraram. Com incidência um pouco menor, mas igualmente significativos, são os percentuais de municípios onde houve melhora de todos os indicadores e também onde a desigualdade e a pobreza diminuíram, mesmo com estagnação ou piora da renda familiar. Em resumo, um padrão bastante multifacetado, diferente daquele observado, por exemplo, na região Norte apresentado acima. No Nordeste urbano, quase três em cada quatro habitantes vivia em áreas onde a pobreza e a renda não melhoraram. No Nordeste rural essa



proporção é de pouco mais de um terço. Pernambuco, Alagoas e Sergipe concentram as áreas com os piores indicadores. Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte apresentarem o melhor desempenho.

**Tabela 11**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho Nordeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	32	21,3	39	11,8	178	18,3	249	17,1
Melhora significativa em renda e pobreza	21	14,0	54	16,4	240	24,7	315	21,7
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0		0,0		0,0		0,0
Melhora significativa somente em renda	7	4,7	20	6,1	43	4,4	70	4,8
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	24	16,0	64	19,4	157	16,2	245	16,9
Melhora significativa somente em pobreza	3	2,0	11	3,3	41	4,2	55	3,8
Melhora significativa somente em desigualdade	28	18,7	66	20,0	122	12,6	216	14,9
Nada melhora Significativamente	35	23,3	76	23,0	191	19,7	302	20,8
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,0</b>	<b>330</b>	<b>100,0</b>	<b>972</b>	<b>100,0</b>	<b>1452</b>	<b>100,0</b>



**Tabela 12**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho**

**Nordeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	1.221.019	6,7	923.263	9,0	2.798.718	14,5	4.943.000	10,3
Melhora significativa em renda e pobreza	1.040.346	5,7	1.934.163	18,9	4.707.043	24,5	7.681.552	16,1
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0		0,0		0,0		0,0
Melhora significativa somente em renda	437.915	2,4	485.059	4,7	1.085.927	5,6	2.008.901	4,2
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	1.817.797	9,9	2.258.962	22,1	3.134.836	16,3	7.211.595	15,1
Melhora significativa somente em pobreza	122.301	0,7	207.612	2,0	717.053	3,7	1.046.966	2,2
Melhora significativa somente em desigualdade	8.482.383	46,3	2.142.558	20,9	2.316.886	12,0	12.941.827	27,1
Nada melhora significativamente	5.180.804	28,3	2.289.191	22,4	4.478.650	23,3	11.948.645	25,0
<b>Total geral</b>	<b>18.302.565</b>	<b>100,0</b>	<b>10.240.808</b>	<b>100,0</b>	<b>19.239.113</b>	<b>100,0</b>	<b>47.782.486</b>	<b>100,0</b>

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Nordeste 17,1% dos municípios experimentaram melhoria nos três indicadores considerados. E 20,8% situavam-se, em 2000, na categoria onde os três indicadores pioram simultaneamente. A maior incidência, 21,7% encontra-se na situação em que a pobreza diminui, a renda cresce, mas sem queda na desigualdade. E outros 14,9% dos municípios experimentaram redução da desigualdade, mas com aumento da pobreza e sem melhoria da renda. Isto é, em 38,8% dos municípios houve melhoria da renda e redução da pobreza, embora desse percentual, em menos da metade dos municípios isso se fez acompanhado de redução da desigualdade. No outro extremo, aproximadamente 36% dos municípios tiveram piora na renda e na pobreza.

**Quantos habitantes viviam em municípios onde houve melhoria e quantos viviam em localidades onde pioraram os indicadores?** 12 milhões de nordestinos viviam em municípios onde houve piora de todos os indicadores. Se a estes forem somados aqueles onde houve diminuição da desigualdade, mas com piora da renda e da



pobreza, o número salta para quase 25 milhões. No extremo oposto, 4,9 milhões viviam em municípios em que ocorreu uma melhora simultânea de todos os indicadores. E outros 7,2 milhões em municípios onde, mesmo sem melhoria da renda, melhorou a pobreza e a desigualdade.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Nordeste urbanizado, 23,3% dos seus municípios tiveram piora nos três indicadores considerados, onde viviam 5,1 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário a concentração de municípios nesta categoria é de 23% dos municípios, o equivalente a 2,2 milhão de pessoas. E no Nordeste essencialmente rural encontram-se 19,7% dos municípios, onde residiam 4,4 milhão de pessoas.

**Onde houve melhora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** 21,3% dos municípios situados em regiões urbanizadas experimentaram melhora simultânea dos três indicadores. Neles viviam, em 2000, 1,2 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário, esta ocorrência de bons indicadores deu-se em 11,8% dos municípios, com 923 mil habitantes. E No Nordeste rural situavam-se nesta categoria 18,3% dos municípios, onde viviam 2,7 milhão de pessoas.

**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhora na renda?** No Nordeste urbano, 16% dos municípios tiveram melhora na desigualdade e na pobreza mesmo diante de piora ou estagnação da renda, o equivalente a 1,8 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário eram 19,4% dos municípios nessa condição, onde viviam 2,2 milhão de pessoas. E no Nordeste rural, esses municípios correspondiam também a 16,2% do total, com 3,1 milhão de pessoas.

#### 4.4 Centro-Oeste

A região Centro-Oeste apresenta um padrão que destoa das demais, com um percentual tão pequeno quanto a região Norte de municípios com bons indicadores nas três dimensões consideradas, mas com um contingente populacional ainda menor nesta mesma categoria. A maior concentração de municípios encontra-se na situação em que houve melhora da renda e da pobreza mas com aumento da desigualdade. E a maior parte da população vivia, em 2000, nos municípios onde a pobreza e a renda diminuíram, ainda que com melhora da desigualdade. Nas regiões mais urbanizadas a maior concentração é de municípios com desempenho negativo em desigualdade, embora com melhora na renda e na pobreza. Mas o maior contingente populacional das áreas urbanas encontra-se na categoria onde todos os indicadores pioram. No Centro-Oeste



rural a maior concentração de municípios encontra-se na situação de melhoria da renda e da pobreza, mas com aumento de desigualdade, onde se encontra também o maior percentual da população deste tipo de região. Em resumo, uma situação onde também nas áreas rurais há melhores indicadores, mas com um perfil mais desigual em todos os tipos de regiões.

**Tabela 13**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho Centro-Oeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	1	3,4	4	7,1	35	12,9	40	11,2
Melhora significativa em renda e pobreza	9	31,0	14	25,0	85	31,4	108	30,3
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0	1	1,8		0,0	1	0,3
Melhora significativa somente em renda	5	17,2	6	10,7	23	8,5	34	9,6
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	4	13,8	7	12,5	47	17,3	58	16,3
Melhora significativa somente em pobreza		0,0	1	1,8	5	1,8	6	1,7
Melhora significativa somente em desigualdade	5	17,2	17	30,4	47	17,3	69	19,4
Nada melhora Significativamente	5	17,2	6	10,7	29	10,7	40	11,2
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>	<b>356</b>	<b>100,0</b>



**Tabela 14**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho**

**Centro Oeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	25.737	0,5	51.848	2,4	478.659	11,5	556.244	4,8
Melhora significativa em renda e pobreza	181.372	3,4	233.085	10,7	1.391.150	33,5	1.805.607	15,5
Melhora significativa em renda e desigualdade		0,0	4.330	0,2		0,0	4.330	0,0
Melhora significativa somente em renda	744.995	14,1	189.781	8,7	433.336	10,4	1.368.112	11,8
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	68.886	1,3	141.820	6,5	632.643	15,2	843.349	7,2
Melhora significativa somente em pobreza		0,0	43.897	2,0	147.543	3,5	191.440	1,6
Melhora significativa somente em desigualdade	2.317.934	43,7	608.031	28,0	695.459	16,7	3.621.424	31,1
Nada melhora Significativamente	1.963.462	37,0	901.807	41,5	379.826	9,1	3.245.095	27,9
<b>Total geral</b>	<b>5.302.386</b>	<b>100,0</b>	<b>2.174.599</b>	<b>100,0</b>	<b>4.158.616</b>	<b>100,0</b>	<b>11.635.601</b>	<b>100,0</b>

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** Apenas 11,2% dos municípios do Centro-Oeste experimentaram melhoria nos três indicadores considerados; o que é exatamente o mesmo percentual de municípios situados no extremo oposto, onde todos estes indicadores pioram. A maior concentração, 30,3% dos municípios, encontra-se na categoria onde a melhoria da renda e da pobreza se faz acompanhar de aumento da desigualdade. Os municípios onde renda e pobreza pioram, independente do que acontece com desigualdade, perfazem juntos 30,6% do total. Em 16,3% dos municípios houve melhoria da desigualdade e da pobreza, mesmo diante de ausência de melhoria da renda.

**Quantos habitantes viviam em municípios onde houve melhoria e quantos viviam em localidades onde pioraram os indicadores?** 31,1% dos habitantes viviam



em municípios onde renda melhora, mas pobreza e desigualdade crescem. Outros 27,9% da população viviam em municípios onde os três indicadores pioraram. Somados, tem-se um percentual de 49% nestes municípios onde a pobreza aumenta e a renda cai. Apenas 4,8% da população viviam em municípios onde houve melhora dos três indicadores. 15,5% estavam em municípios onde renda e pobreza melhoraram, mas aumenta desigualdade. E 11,8% estavam em municípios onde pobreza e desigualdade melhoraram mesmo sem aumento da renda.

**Onde houve melhoria nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Centro-Oeste urbanizado apenas 0,5% da população, 25 mil pessoas, viviam em 3,4% dos municípios urbanos onde houve melhora nos três indicadores. No Centro-Oeste intermediário esse percentual da população era de 2,4%, 51 mil pessoas, vivendo nos 7,1%% de municípios desta categoria. E no Centro-Oeste rural este percentual era de 11,5%, 478 mil pessoas, vivendo em 12,9% dos municípios pertencentes a regiões rurais.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Centro-Oeste urbanizado 43,7% dos habitantes, o equivalente a 2,3 milhão de pessoas viviam em 17,2% dos municípios onde houve piora na renda e na pobreza, com diminuição da desigualdade. 37% dos habitantes de regiões urbanas, 1,9 milhão de pessoas, viviam em municípios onde a renda, desigualdade e pobreza pioraram. Somadas estas duas situações tem-se 80,7% dos habitantes das regiões urbanizadas, 4,2 milhões de pessoas. No Centro-Oeste intermediário 41,5% dos seus habitantes estavam na situação onde todos os indicadores pioraram, e outros 28% na situação onde renda e pobreza pioram, mesmo com melhoria da desigualdade. Somadas as duas situações, tem-se 69,5% da população destas regiões, 1,5 milhão de pessoas. E no Centro-Oeste rural, 9,1% de sua população encontrava-se na categoria em que todos os indicadores pioram. Outros 16,7% estavam na categoria onde renda e pobreza pioram mesmo com melhoria na desigualdade. Somados, tem-se 26% da população rural da região, o equivalente a pouco mais de 1 milhão de pessoas.

**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhoria na renda?** No Centro-Oeste urbano apenas 1,3% de sua população vivia em municípios onde houve melhoria da pobreza e da desigualdade sem melhoria na renda, 68 mil pessoas. No Centro-Oeste intermediário esse percentual era de 6,5% da população, o equivalente a 141 mil pessoas. E no Centro-Oeste rural o percentual era de 15,2%, ou 632 mil pessoas.





## 4.5 Sudeste

Na região Sudeste o desempenho das regiões metropolitanas, onde se concentra a maior parte da população, faz com que a maior concentração populacional se encontre nos municípios onde pioraram os indicadores de renda, pobreza e desigualdade. Os bons indicadores se concentram nos municípios das regiões rurais, cuja expressão numérica não encontra correspondente no percentual total da população, dada a forte urbanização do conjunto do Sudeste. Destaque negativo para o Estado de São Paulo, com grande incidência de áreas com desempenho ruim nos três indicadores observados. Destaque positivo para o sul de Minas Gerais e a região serrana do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a incidência de bons indicadores. Em comum estas duas regiões têm a concentração de uma agricultura de base familiar e uma densa malha de municípios.

**Tabela 15**

**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho Sudeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	14	5,9	94	22,7	214	27,7	322	22,6
Melhora significativa em renda e pobreza	15	6,3	71	17,1	170	22,0	256	18,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	2	0,8	1	0,2	3	0,4	6	0,4
Melhora significativa somente em renda	24	10,1	25	6,0	46	6,0	95	6,7
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	39	16,5	75	18,1	154	19,9	268	18,8
Melhora significativa somente em pobreza		0,0	9	2,2	11	1,4	20	1,4
Melhora significativa somente em desigualdade	64	27,0	73	17,6	108	14,0	245	17,2
Nada melhora significativamente	79	33,3	66	15,9	66	8,5	211	14,8
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>100,0</b>	<b>414</b>	<b>100,0</b>	<b>772</b>	<b>100,0</b>	<b>1423</b>	<b>100,0</b>



**Tabela 16**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho**

**Sudeste**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	949.879	2,1	2.087.634	15,9	3.419.788	26,1	6.457.301	8,9
Melhora significativa em renda e pobreza	423.617	0,9	978.276	7,5	2.428.356	18,5	3.830.249	5,3
Melhora significativa em renda e desigualdade	287.324	0,6	101.974	0,8	58.183	0,4	447.481	0,6
Melhora significativa somente em renda	1.788.134	3,9	630.701	4,8	578.954	4,4	2.997.789	4,1
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	1.476.066	3,2	3.040.576	23,2	2.811.233	21,4	7.327.875	10,1
Melhora significativa somente em pobreza		0,0	197.403	1,5	159.415	1,2	356.818	0,5
Melhora significativa somente em desigualdade	14.875.296	32,2	2.616.046	19,9	2.016.632	15,4	19.507.974	26,9
Nada melhora Significativamente	26.378.607	57,1	3.472.937	26,5	1.653.162	12,6	31.504.706	43,5
<b>Total geral</b>	<b>46.178.923</b>	<b>100,0</b>	<b>13.125.547</b>	<b>100,0</b>	<b>13.125.723</b>	<b>100,0</b>	<b>72.430.193</b>	<b>100,0</b>

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** A distribuição dos municípios da região Sudeste é relativamente equilibrada entre varias categorias. 22,6% deles estão na categoria onde houve melhoria nos três indicadores. Outros 18% encontram-se na categoria onde houve aumento da renda e da pobreza, mas com aumento da desigualdade. Mesmo percentual, 18%, verifica-se na categoria onde houve melhoria da pobreza e da desigualdade mesmo diante da ausência de melhoria da renda. 17,2% experimentaram piora da desigualdade e da renda, mesmo com diminuição da desigualdade. E 14,8% tiveram piora em todos os indicadores.

**Quantos habitantes vivem em municípios onde houve melhoria e quantos vivem em localidades onde pioraram os indicadores?** A análise do percentual de habitantes mostra uma concentração de 43,5% nos municípios onde todos os indicadores pioraram. Outros 26,9% encontravam-se nos municípios onde renda e pobreza pioraram, mesmo com diminuição da desigualdade. Somados, encontra-se mais de 70% da população nestas duas categorias, o equivalente a 51 milhões de pessoas. Na situação



oposta, de melhoria dos três indicadores, estão apenas 8,9% da população, 6,4 milhões de habitantes. E outros 10%, 7,3 milhões de habitantes, na situação onde pobreza e desigualdade melhoram mesmo na ausência de melhoria da renda.

**Onde houve melhoria nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Sudeste mais urbanizado, os indicadores selecionados melhoraram em apenas 5,9% dos municípios, onde viviam 2,1% da população urbana, o equivalente a 949 mil pessoas. No Sudeste intermediário, a melhoria dos três indicadores verificou-se em 22,7% dos municípios, onde viviam 2 milhões de pessoas, 15,9% do total. E no Sudeste rural, 27,7% dos municípios experimentaram esta condição, onde viviam 3,4 milhões de pessoas.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Sudeste mais urbanizado, 57,1% da população vivia em 33% dos municípios situados na categoria onde houve piora nos três indicadores selecionados, o equivalente a 26 milhões de pessoas. No Sudeste intermediário esse percentual era de 26,5% da população, 3,4 milhões de pessoas, vivendo em 15,9% dos municípios situados nesta categoria. E no Sudeste rural, 8,5% dos municípios concentravam 1,6 milhão de pessoas, 12,6% da população rural.

**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhoria na renda?** No Sudeste mais urbanizado apenas 3,2% da população, 1,4 milhão de pessoas viviam em municípios onde a pobreza e a desigualdade caíram mesmo sem aumento na renda. No Sudeste intermediário este número era de 3 milhões de pessoas, 23,2% da população intermediária. E no Sudeste rural estavam nesta categoria de municípios 2,8 milhão de pessoas, 21,4% da população rural total.

## 4.6 Sul

Na região Sul embora se verifique também uma concentração maior da população na categoria onde houve piora em todos os indicadores, a ocorrência na categoria oposta, onde todas melhoram, é proporcionalmente mais expressiva do que no Sudeste, o que se deve ao padrão de urbanização menos concentrado na primeira destas regiões. Também aqui verifica-se um desempenho superior das regiões rurais comparativamente às urbanas.



**Tabela 17**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho Sul**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	27	19,9	37	35,6	199	36,7	263	33,6
Melhora significativa em renda e pobreza	26	19,1	15	14,4	135	24,9	176	22,5
Melhora significativa em renda e desigualdade	3	2,2		0,0	1	0,2	4	0,5
Melhora significativa somente em renda	19	14,0	7	6,7	27	5,0	53	6,8
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	19	14,0	27	26,0	113	20,8	159	20,3
Melhora significativa somente em pobreza	1	0,7	1	1,0	3	0,6	5	0,6
Melhora significativa somente em desigualdade	18	13,2	12	11,5	44	8,1	74	9,5
Nada melhora Significativamente	23	16,9	5	4,8	20	3,7	48	6,1
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>	<b>104</b>	<b>100,0</b>	<b>542</b>	<b>100,0</b>	<b>782</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 18**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho Sul**

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	606.576	5,0	1.156.264	26,0	3.276.808	38,0	5.039.648	20,1
Melhora significativa em renda e pobreza	549.121	4,6	230.841	5,2	1.727.614	20,0	2.507.576	10,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	290.444	2,4		0,0	5.898	0,1	296.342	1,2
Melhora significativa somente em renda	1.248.286	10,4	430.418	9,7	522.900	6,1	2.201.604	8,8
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	541.851	4,5	1.063.488	23,9	1.906.124	22,1	3.511.463	14,0
Melhora significativa somente em pobreza	46.414	0,4	19.676	0,4	43.624	0,5	109.714	0,4
Melhora significativa somente em desigualdade	2.118.089	17,6	1.347.534	30,3	664.621	7,7	4.130.244	16,5
Nada melhora Significativamente	6.627.109	55,1	203.775	4,6	479.089	5,6	7.309.973	29,1
<b>Total geral</b>	<b>12.027.890</b>	<b>100,0</b>	<b>4.451.996</b>	<b>100,0</b>	<b>8.626.678</b>	<b>100,0</b>	<b>25.106.564</b>	<b>100,0</b>



**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** Na região sul 1/3 dos municípios experimentaram melhoria nos três indicadores observados. 22,5% dos municípios tiveram melhoria na renda e na pobreza mas com aumento da desigualdade. E 20,3% tiveram melhoria na desigualdade e na pobreza mesmo na ausência de aumento da renda. As demais categorias ficaram abaixo dos 10%, revelando o melhor perfil de desempenho regional. Apenas 6,1% dos municípios tiveram piora dos três indicadores. E outros 9,5% dos municípios tiveram piora na renda e na pobreza mesmo com melhoria da desigualdade.

**Quantos habitantes viviam em municípios onde houve melhoria e quantos viviam em localidades onde pioraram os indicadores?** Em termos populacionais, 7,3 milhão de pessoas vivia nos municípios onde houve piora de todos os indicadores, o equivalente a 29,1% do total. 20,1% do total da população estavam na situação oposta, onde todos os indicadores melhoraram. 16,5% da população viviam em municípios onde a renda e a pobreza pioram, com diminuição da desigualdade. 14% estavam nos municípios onde, a pobreza e a desigualdade diminuem mesmo na ausência de melhoria da renda. E 10% viviam em municípios onde a renda e a pobreza diminuíram, mas com aumento da desigualdade.

**Onde houve melhoria nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Sul urbanizado a melhoria dos três indicadores selecionados observou-se em 19,9% dos municípios, onde viviam 5% da população urbana, 606 mil pessoas. No Sul intermediário, esta situação ocorreu em 35,6% dos municípios, onde viviam 26% da população, 1,1 milhão de pessoas. E no Sul rural a melhoria simultânea dos três indicadores verificou-se em 36,7% dos municípios, onde viviam 38% da população rural, o equivalente a 3,2 milhão de pessoas.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Sul urbanizado a piora dos três indicadores ocorreu em 16,9% dos municípios, mas onde estavam concentrados 55,1% da população urbana, 6,6 milhão de pessoas. No Sul intermediário o percentual de municípios nesta categoria era de 4,8%, apenas 203 mil pessoas. E no Sul rural, estavam nesta categoria 3,7% dos municípios, 479 mil pessoas, 5,6% da população rural.

**Onde houve melhoria na desigualdade e na pobreza, mas sem melhoria na renda?** No Sul urbanizado a melhoria dos indicadores de desigualdade e pobreza se fez desacompanhada da melhoria da renda em 14% dos municípios, onde viviam 4,5% da



população urbana, 541 mil pessoas. No Sul intermediário estavam 26% dos municípios onde viviam 1 milhão de pessoas. E no Sul rural estavam 20,8% dos municípios, onde viviam 1,9 milhão de pessoas, o equivalente a 222,1% da população rural da região.

## 5. A título de conclusão: duas constatações e uma hipótese exploratória

Os dados, expostos nas páginas anteriores de maneira eminentemente descritiva, não permitem que se chegue a conclusões definitivas sobre as razões que respondem pela ocorrência destes indicadores. Mas estes mesmos dados são eloqüentes o bastante para que sejam tecidas a seguir duas constatações principais e para que, delas, se possa extrair e apresentar uma hipótese exploratória a ser verificada na etapa seguinte.

A primeira constatação é o desempenho claramente superior das regiões rurais comparativamente às regiões urbanas. É verdade que mesmo nas regiões rurais as categorias predominantes não são aquelas em que ocorre uma convergência de bons indicadores de renda, desigualdade e pobreza. Mas resta evidente que é mais fácil encontrar essa convergência nas regiões rurais do que nas regiões mais urbanizadas. Certamente isso guarda forte correspondência com a crise do emprego experimentada nos centros urbanos nos anos noventa, associada à introdução dos programas de transferência de renda (sobretudo a aposentadoria) que beneficiaram marcadamente as regiões rurais. No entanto a explicação não pode se restringir a isso, já que não é no conjunto das regiões rurais que se observa a boa incidência destes indicadores.

A segunda constatação é a dissociação entre os chamados pólos dinâmicos e a concentração dos bons indicadores. Tomando-se apenas o exemplo do Nordeste, a ocorrência dos bons indicadores não se concentra nos pólos de fruticultura irrigada, nem nas áreas de expansão da moderna agricultura de grãos.

As evidências aqui expostas não contrariam a afirmação de Maia Gomes exposta na Introdução, de que as transferências não estariam engendrando dinâmicas produtivas vigorosas. Mas mostram uma espécie de "outro lado da moeda". Tal como sugerido por Davezies, a ocorrência dos indicadores macroeconômicos não encontra, em parte significativa dos territórios, correspondência no plano local. Ali pode estar em curso uma dissociação entre produção e renda ou uma recomposição da atividade econômica que foge aos padrões dominantes na teoria econômica devotada ao desenvolvimento regional.

Claro que já se tornou um lugar comum a afirmação de que, durante os anos 2000, para os pobres, o crescimento brasileiro foi praticamente igual ao chinês: há várias indicações de que o País vem passando por um processo significativo não apenas de redução da pobreza, mas, contrariando durável tendência histórica, também da desigualdade. O que



o presente trabalho sugere é que, nas áreas rurais, esta tendência virtuosa já vem dos anos 1990 e que as transferências de renda, aprofundadas mais recentemente pela modalidade de transferência de renda que hoje atinge nada menos que 11 milhões de famílias, têm aí um papel crucial.

Nesse momento não se pode ainda tecer afirmações sobre os efeitos multiplicadores desta transferência de renda. Tudo indica que houve diversas áreas em que a estas transferências públicas vieram acrescentar-se cinco outros fatores importantes, capazes de dinamizar de maneira mais duradoura algumas áreas das regiões rurais mais pobres do país: a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias (roupas e redes, por exemplo), como no assalariamento agrícola sazonal (da cana-de-açúcar, entre outros produtos). Neste caso, é nítida a tendência de que os indivíduos migrem de maneira provisória, com o objetivo de gastar o dinheiro que ganharam nestas atividades em suas regiões de origem; b) programas de aumento da produção vinculado à distribuição pública de leite: estes programas datam do final dos anos 1990, mas ampliaram-se de maneira consistente no período atual com objetivo claramente distributivo: as políticas atuais privilegiam o fornecimento de leite por parte de agricultores familiares fixando um teto por produtor acima do qual o produto não é comprado pelo Governo; c) a diversificação das economias rurais e o trabalho industrial a domicílio em pequenos municípios parece acentuar-se com a transferência de indústrias antes concentradas no Sudeste e com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados; d) a ampliação do público destinatário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com mais de um milhão de tomadores de empréstimo no Nordeste; e) as informações do IPEA sobre prestação de serviços públicos no Nordeste rural mostram situação ainda precária, mas nítida melhoria, sobretudo e educação e saúde.

Na próxima etapa da pesquisa serão selecionadas regiões rurais particularmente bem sucedidas para saber quais razões explicam esse sucesso. A principal hipótese está numa conjugação entre a força da economia residencial (com transferência de recursos privados e públicos) com o fornecimento de serviços públicos básicos e políticas que estimulam a inserção mercantil de atividades econômicas de pequena escala (como a pecuária leiteira, por exemplo).

É importante sublinhar que o fundamento desta hipótese não está numa suposta transferência do eixo dinâmico do crescimento econômico para as regiões rurais: é óbvio, como mostram os trabalhos de Veltz (2002) e outros que as grandes metrópoles estão na dianteira da inovação tecnológica, do dinamismo econômico e aí se concentram os esforços para reunir atributos competitivos capazes de atrair capitais internacionais. Mas as regiões rurais – este é o pressuposto mais geral que fundamenta a elaboração das hipóteses da próxima fase – têm a grande virtude e o imenso potencial de atrair os ganhos decorrentes da aposentadoria, de parte das rendas públicas, da volta de



processos migratórios e, com base nesta força da economia residencial, de promover dinâmicas que valorizem atributos locais não expostos – contrariamente ao que ocorre nas metrópoles – à concorrência globalizada.





## 6. Referências bibliográficas

DAVEZIES, Laurent (2004) « [Développement local : le déménagement des Français : la dissociation des lieux de production et de consommation](#) » Futuribles, 245, pp.43-56.

\_\_\_\_\_ (2008) **La République et ses territoires. La circulation invisible des richesses**. Paris. Seuil.

DE FERRANTI D. et al.(2003). *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with History ?* Washington, World Bank.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr. José C. (2000) - A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência nos anos 90 - IPEA

GALSTON, W. A., BAEHLER, K. J. (2003). *Rural development in the United States — connecting theory, practice and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press.

HERVIEU, B., VIARD, J. (1996). *Au bonheur des campagnes (et des provinces)*. Paris: L'Aube.

KRUGMAN, Paul (1991). "Increasing Returns and Economic Geography", *Journal of Political Economy*, June **1991**, Vol. 99, No. 3, pp. 483-499.

MAIA GOMES, Gustavo (2001) – **Velhas secas em novos sertões** – IPEA

MARKUSEN, Ann (2007). A consumption base theory of development: an application to the rural cultural economy. *Agricultural and Resource Economics Review*, 36/1, 9/23, April.

NEF – New Economic Foundation (2008) Growth isn't working. The unbalanced distribution of benefits and costs from economic growth. <http://www.velferdsstaten.no/attachment/d91bb72b8681562a31bd4957f07efc14/dc6591b1650a84007a9f7d6cc0cf39db/Misvisende+m%E5lestokk.pdf>. Consulta em 25/11/2008.

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (1994). *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale*. Paris.

REIS, E. J.; Tafner, P.; Pimentel, M.; Serra, R. V.; Reiff, L. O.; Magalhães, K.; Medina, M. (2004). *Estimativas do PIB dos municípios brasileiros, 1970-96: metodologia e resultados*. IPEA, disponível em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)



RESENDE, Guilherme Mendes, Daniel Da Mata e Alexandre Xavier Ywata Carvalho (2007) "Crescimento Pró-Pobre e Distribuição de Renda das Capitais dos Estados Brasileiros" **in** Ensaio de economia regional e urbana. Carvalho, Alexandre Xavier Ywata, Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira, José Aroudo Mota e Marcelo Piancastelli (orgs). IPEA.

SEN, Amartya (1988). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras.

SEN, Amartya & Jean Dreze (1989). Hunger and public action. Oxford: Oxford University Press.

SILVEIRA, Fernando Gaiger, Alexandre Xavier Ywata Carvalho, Carlos Roberto Azzoni, Bernardo Campolina e Antonio Ibarra (2007) "Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil". IPEA, **Texto para discussão** nº 1278.

VEIGA, J.E. (2004-a). "Destinos da ruralidade no processo de globalização". **Estudos Avançados**, n. 51, maio-agosto 2004, p. 51-67

VEIGA, J.E. (2004-b). "A dimensão rural do Brasil". In. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 22. Abril/2004.

VEIGA, J.E. e colaboradores (2002). "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento". **Texto para Discussão** n. 1. Brasília: Nead.

VELTZ, P. (2002). Mondialisation, villes et territoires : une économie d'archipel. Paris: PUF.

WORLD BANK (2005) Equity and Development. World Bank, Washington.



## 7. Anexo

### **Nota sobre as dinâmicas territoriais em regiões rurais do Nordeste brasileiro**

Arilson Favareto e Ricardo Abramovay

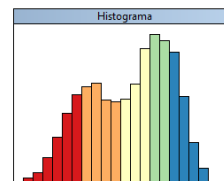
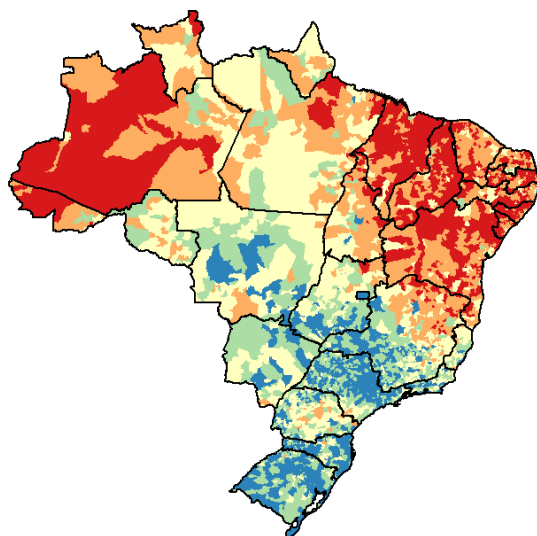
#### **Cinco décadas de combate à desigualdade regional**

O ano de 2009 marca o cinqüentenário da criação do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que deu início às políticas de desenvolvimento regional no Brasil, e teve à frente a emblemática figura de Celso Furtado. Um dos objetivos da estratégia esboçada àquela época certamente se concretizou: a economia nordestina se modernizou com a criação dos chamados pólos dinâmicos e se integrou definitivamente à economia brasileira em seu conjunto. Parafraseando tanto o livro de Pierre Veltz (2003) como a figura de linguagem utilizada por Hervé Terry (2001), passou-se de um arquipélago de economias relativamente autônomas para uma verdadeira dinâmica de acumulação em escala nacional; algo descrito de maneira magistral na obra principal de Francisco de Oliveira (1988). Mas esta integração não logrou o segundo objetivo da estratégia preconizada por Furtado: a diminuição da extrema desigualdade intra-regional. Diferente disso, a criação dos pólos dinâmicos fez aumentar e aprofundar a heterogeneidade espacial da região, a ponto de se tornar lugar comum, na virada para a presente década dizer que não há mais um só Nordeste, mas vários (Bacelar, 1998). Em grande parte por isso, a integração do Nordeste não foi também bastante para alterar a forte desigualdade inter-regional. O relatório de 2006 do Banco Mundial – Equity and Development (World Bank, 2006) dá uma idéia das ambigüidades que marcam a situação social e econômica do Nordeste na virada do milênio: em 2000 a renda per capita do Nordeste era 34% daquela observada no Sudeste; o analfabetismo atingia 18% da população, contra 9% no restante do país; no mesmo ano o analfabetismo havia diminuído 42% na região, comparativamente ao início da década passada, mas nas demais regiões esta diminuição foi de 49%; a escolaridade teve no Nordeste a mais alta taxa de crescimento dos anos noventa, mas ainda restava ali a média mais baixa, de apenas 2,7 anos de estudo por habitante; somente a expectativa de vida havia tido melhora superior à média nacional durante os anos noventa, 26% contra 23% do restante do país. Os dois mapas a seguir, com o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros e com o Índice de Gini aplicado à renda dos municípios brasileiros, representam graficamente esta dupla condição de desigualdade.



### Mapa 1

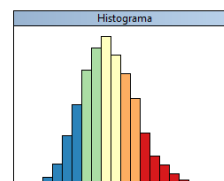
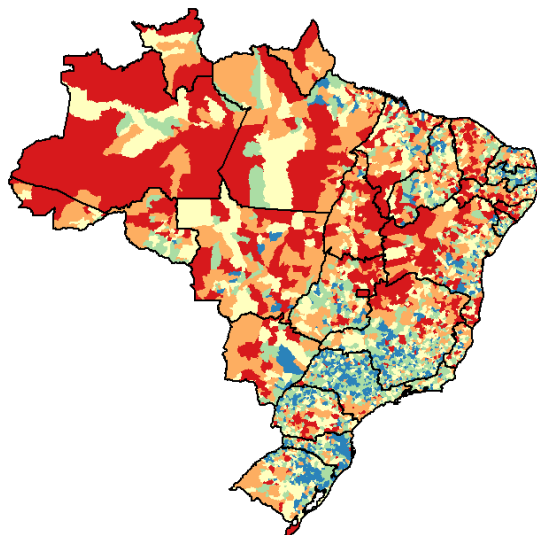
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000  
Todos os municípios do Brasil



Legenda	
0,467 a 0,614	(1105)
0,615 a 0,680	(1112)
0,681 a 0,738	(1098)
0,739 a 0,779	(1119)
0,780 a 0,919	(1073)

### Mapa 2

Índice de Gini, 2000  
Todos os municípios do Brasil



Legenda	
0,38 a 0,51	(1187)
0,52 a 0,55	(1455)
0,56 a 0,58	(1104)
0,59 a 0,62	(1061)
0,63 a 0,82	(700)

Mas assim como para o conjunto do Brasil, também no Nordeste um dos traços principais que surgem quando se olha para as dinâmicas territoriais verificadas na década passada é a diferença no desempenho das áreas rurais comparativamente àquelas mais intensamente urbanizadas. A isso é dedicada a próxima seção destas notas.



## O desempenho do Nordeste rural nos anos noventa

A tabela 1 abaixo traz a distribuição das áreas mínimas comparáveis de acordo com a tipologia de classificação das regiões essencialmente rurais, significativamente urbanas, e marcadas por aglomerações já apresentada. Nela vê-se que o peso das regiões rurais é substancialmente maior no Nordeste comparativamente ao conjunto do país: viviam ali, em 2000, 40% da população regional, 19,2 milhões de pessoas. O mapa a seguir mostra a distribuição espacial destas regiões.

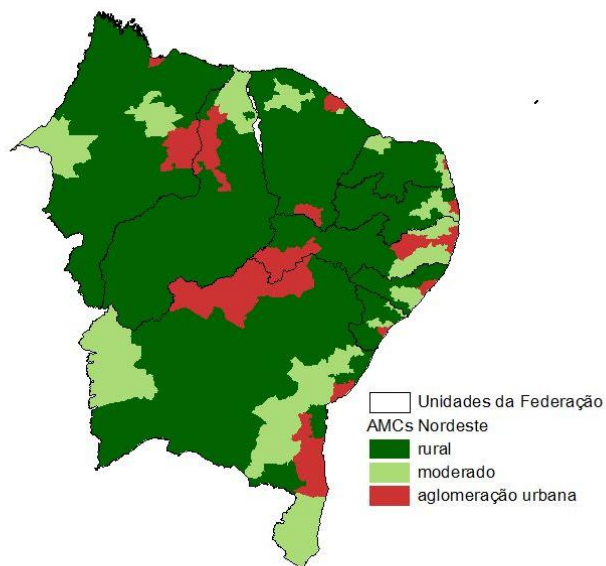
**Tabela 1 - Distribuição das AMCs por grau de urbanização - Nordeste**

Nordeste	Número	População 2000 (milhões)	Variação 1991-2000 (%)	Peso Relativo da População em 2000 (%)
Essencialmente rural	972	19,2	7,3	40,2
Significativamente urbanas	330	10,2	11,7	21,4
Marcadas por aglomerações	150	18,3	18,5	38,3
<b>Total</b>	<b>1452</b>	<b>47,7</b>	<b>12,3</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base em dados do IPEADATA.



## Mapa 2 - Distribuição espacial das AMCs por grau de urbanização – Nordeste

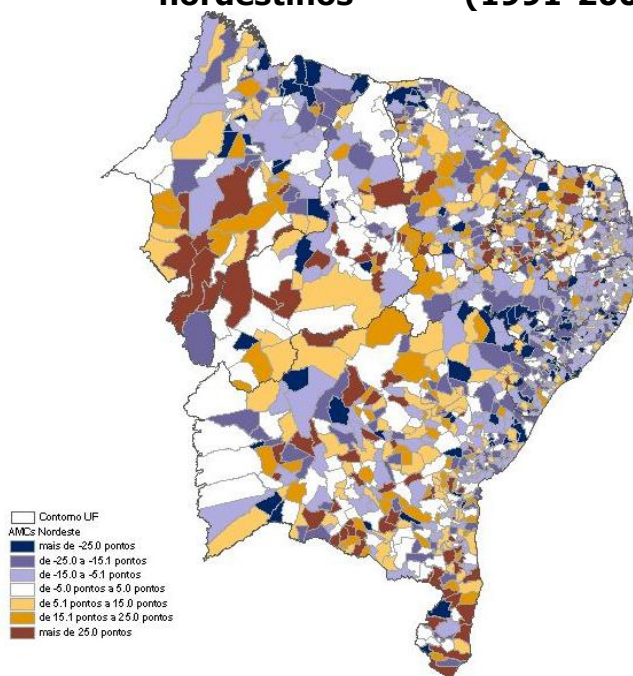


Os mapas 3 a 5, a seguir trazem a distribuição espacial da evolução dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade para os municípios nordestinos nos anos noventa.



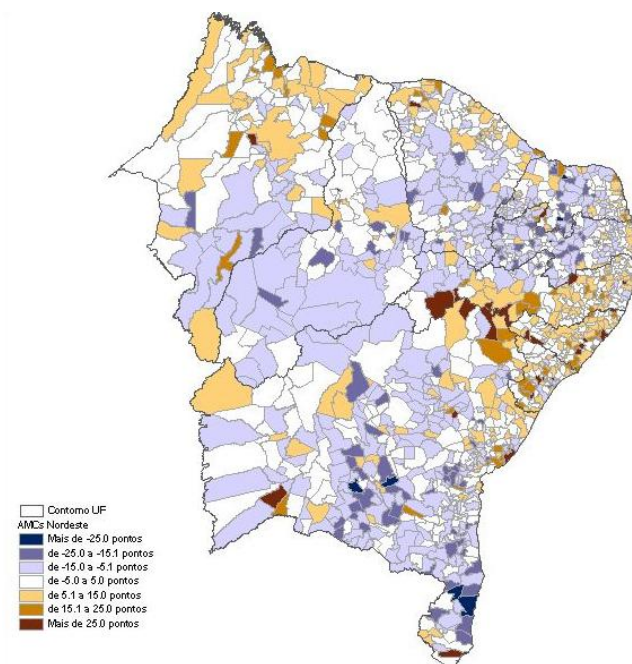
### Mapa 3

## Evolução dos indicadores de renda familiar per capita nos municípios nordestinos (1991-2000)



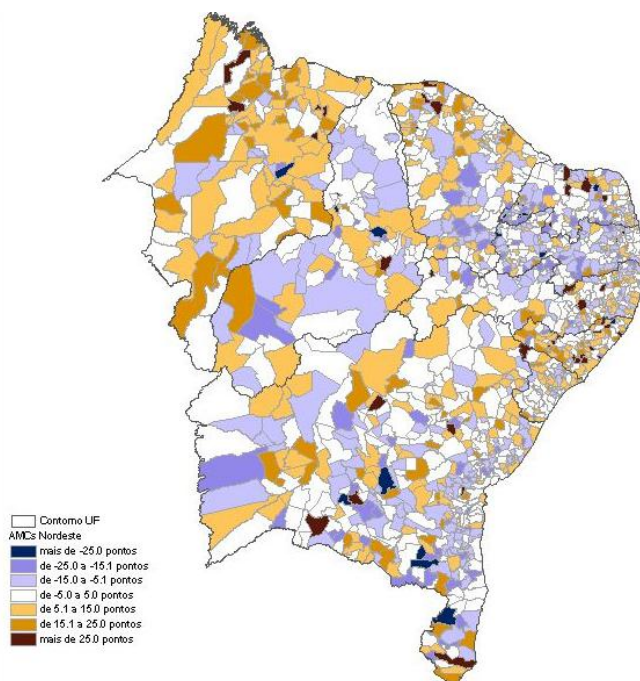
### Mapa 4

## Evolução dos indicadores de pobreza nos municípios nordestinos (1991-2000)





## Mapa 5 Evolução dos indicadores de desigualdade de renda nos municípios nordestinos (1991-2000)



O resultado obtido com o cruzamento destas três variáveis de acordo com a tipologia adotada no Projeto Dinâmicas Territoriais Rurais encontra-se nas tabelas a seguir. Nelas se pode ver que o maior percentual de municípios se encontra na categoria 2, onde houve melhoria da renda e diminuição da pobreza, mas sem diminuição da desigualdade. Logo em seguida vem a categoria 8, onde todos os indicadores pioraram. Com incidência um pouco menor, mas igualmente significativos, são os percentuais de municípios onde houve melhora de todos os indicadores e também onde a desigualdade e a pobreza diminuíram, mesmo com estagnação ou piora da renda familiar. Em resumo, um padrão bastante multifacetado. No Nordeste urbano, quase três em cada quatro habitantes vivia em áreas onde a pobreza e a renda não melhoraram. No Nordeste rural essa proporção é de pouco mais de um terço. Pernambuco, Alagoas e Sergipe concentram as áreas com os piores indicadores. Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram o melhor desempenho.



**Tabela 2**  
**Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho**  
**Nordeste**

Categoria	Metropolitano		Intermediário		Rural		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
1	32	21,3	39	11,8	178	18,3	249	17,1
2	21	14,0	54	16,4	240	24,7	315	21,7
3		0,0		0,0		0,0		0,0
4	7	4,7	20	6,1	43	4,4	70	4,8
5	24	16,0	64	19,4	157	16,2	245	16,9
6	3	2,0	11	3,3	41	4,2	55	3,8
7	28	18,7	66	20,0	122	12,6	216	14,9
8	35	23,3	76	23,0	191	19,7	302	20,8
Total	150	100,0	330	100,0	972	100,0	1452	100,0

**Tabela 3**  
**Distribuição da população nas categorias de definição de tipologias de desempenho**  
**Nordest**

Categoria	Metropolitano		Intermediário		Rural		Total	
	População	%	População	%	População	%	População	%
1	1.221.019	6,7	923.263	9,0	2.798.718	14,5	4.943.000	10,3
2	1.040.346	5,7	1.934.163	18,9	4.707.043	24,5	7.681.552	16,1
3		0,0		0,0		0,0		0,0
4	437.915	2,4	485.059	4,7	1.085.927	5,6	2.008.901	4,2
5	1.817.797	9,9	2.258.962	22,1	3.134.836	16,3	7.211.595	15,1
6	122.301	0,7	207.612	2,0	717.053	3,7	1.046.966	2,2
7	8.482.383	46,3	2.142.558	20,9	2.316.886	12,0	12.941.827	27,1
8	5.180.804	28,3	2.289.191	22,4	4.478.650	23,3	11.948.645	25,0
Total geral	18.302.565	100,0	10.240.808	100,0	19.239.113	100,0	47.782.486	100,0

**Quantos municípios tiveram melhoria ou piora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Nordeste 17,1% dos municípios experimentaram melhoria nos três indicadores considerados. E 20,8% situavam-se, em 2000, na categoria onde os três indicadores pioram simultaneamente. A maior incidência, 21,7%



encontra-se na situação em que a pobreza e a desigualdade diminuíram, mas sem melhoria na renda. E outros 14,9% dos municípios experimentaram redução da desigualdade, mas com aumento da pobreza e sem melhoria da renda. Isto é, em 38,9% dos municípios houve melhoria da renda e redução da pobreza, embora desse percentual, em menos da metade dos municípios isso se fez acompanhado de redução da desigualdade. No outro extremo, aproximadamente 36% dos municípios tiveram piora na renda e na pobreza.

**Quantos habitantes viviam em municípios onde houve melhoria e quantos viviam em localidades onde pioraram os indicadores?** 12 milhões de nordestinos viviam em municípios onde houve piora de todos os indicadores. Se a estes forem somados aqueles onde houve diminuição da desigualdade, mas com piora da renda e da pobreza, o número salta para quase 25 milhões. No extremo oposto, 4,9 milhões viviam em municípios em que ocorreu uma melhora simultânea de todos os indicadores. E outros 7,2 milhões em municípios onde, mesmo sem melhoria da renda, melhorou a pobreza e a desigualdade.

**Onde houve piora nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** No Nordeste urbanizado, 28% dos seus municípios tiveram piora nos três indicadores considerados, onde viviam 5,1 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário a concentração de municípios nesta categoria é de 23% dos municípios, o equivalente a 2,2 milhão de pessoas. E no Nordeste essencialmente rural encontram-se 23,3% dos municípios, onde residiam 4,4 milhão de pessoas.

**Onde houve melhora dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade?** 21% dos municípios situados em regiões urbanizadas experimentaram melhora simultânea dos três indicadores. Neles viviam, em 2000, 1,2 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário, esta ocorrência de bons indicadores deu-se em 11,8% dos municípios, com 923 mil habitantes. E no Nordeste rural situavam-se nesta categoria 18,3% dos municípios, onde viviam 2,7 milhão de pessoas.

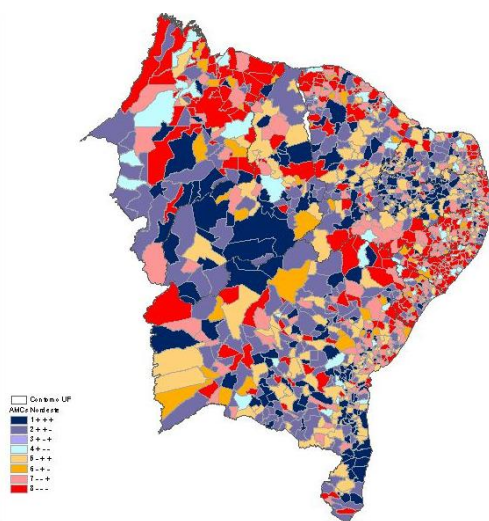
**Onde houve melhora na desigualdade e na pobreza, mas sem melhoria na renda?** No Nordeste urbano, 16% dos municípios tiveram melhoria na desigualdade e na pobreza mesmo diante de piora ou estagnação da renda, o equivalente a 1,8 milhão de pessoas. No Nordeste intermediário eram 19,4% dos municípios nessa condição, onde viviam 2,2 milhão de pessoas. E no Nordeste rural, esses municípios correspondiam também a 16% do total, com 3,1 milhão de pessoas.



Os três mapas a seguir mostram a distribuição espacial dos oito tipos encontrados, a distribuição espacial dos tipos somente em áreas rurais e, finalmente, a localização daquelas situações onde há uma evolução positiva nos três indicadores selecionados.

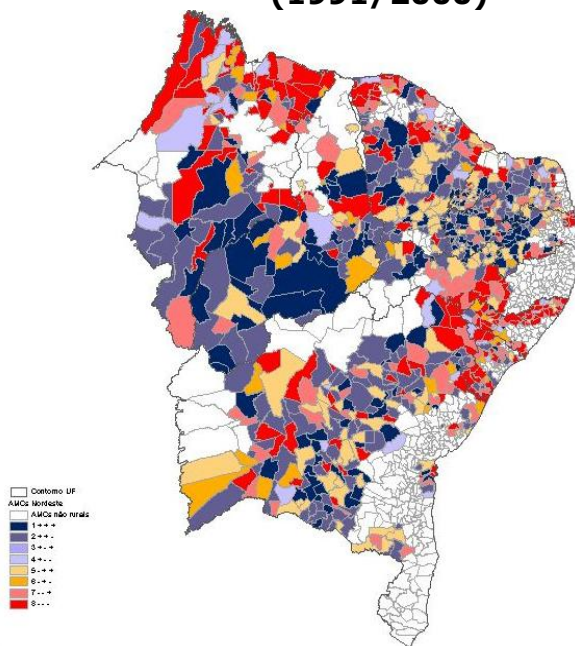
### Mapa 6 Tipologia de desempenho dos municípios nordestinos quanto à evolução da renda familiar, da pobreza e da desigualdade (1991/2000)

IS AMCs



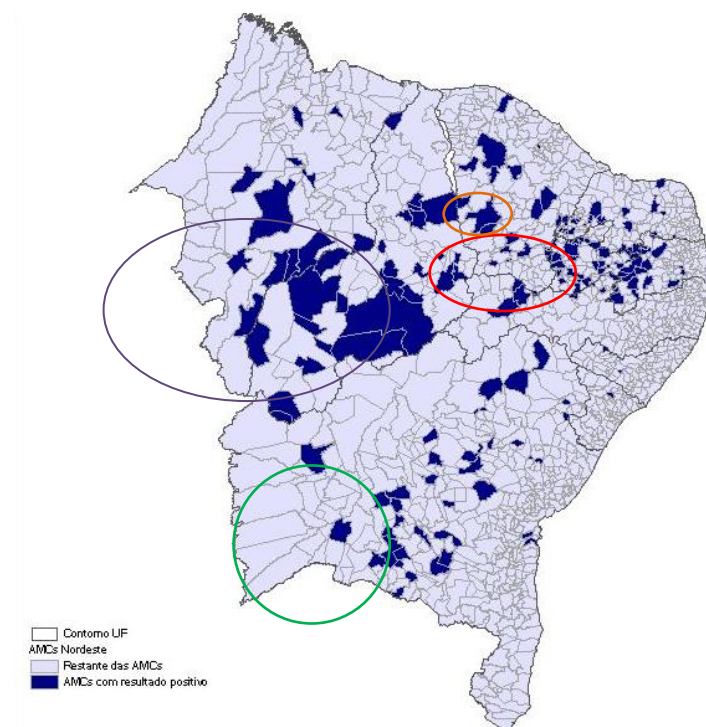
### Mapa 7

## Tipologia de desempenho dos municípios nordestinos de regiões essencialmente rurais quanto à evolução da renda familiar, da pobreza e da desigualdade (1991/2000)



## Mapa 8

### Municípios nordestinos onde houve evolução positiva dos indicadores de renda familiar, pobreza e desigualdade (1991-2000)



Neste último mapa aparecem destacados os aglomerados de municípios (AMCs) que tiveram bom desempenho. Quatro áreas aparecem em destaque. A primeira delas (círculo lilás) abrange áreas ao sul do Maranhão e do Piauí: são municípios com área bastante extensa e cuja dinâmica é fortemente influenciada pela expansão da agricultura de grãos. Justamente por isso é preciso observar estes dados com cautela, pois trata-se de processos sociais e econômicos ainda imaturos. É natural que em regiões de expansão de fronteira ocorra uma melhoria inicial dos indicadores, pelo simples fato de que passa a haver uma dinâmica econômica mais intensa. Mas seus contornos mais definitivos exigem maior tempo de sedimentação do perfil dos agentes e das atividades econômicas. A segunda área abrange um conjunto de municípios situados no Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte, em sua divisa com Ceará e Paraíba (círculo laranja). Trata-se de uma região sobre a qual não há uma grande tradição de estudos e que recentemente vem contando com investimentos do Projeto Dom Helder Câmara, do Governo Federal brasileiro e financiado com recursos do FIDA. A terceira área (círculo vermelho), situa-se no Sertão da Paraíba, e é o maior aglomerado de municípios nordestinos onde houve melhoria dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade. E a quarta área (círculo verde), está localizada no sul da Bahia e corresponde ao chamado Território Sertão



Produtivo. A Paraíba e a Bahia são os estados nordestinos que apresentam a maior quantidade de municípios rurais onde ocorreu simultânea melhoria dos indicadores selecionados durante os anos 1990. Em Alagoas houve apenas dois municípios rurais nesta situação. Em Pernambuco, não passaram de seis. Na Paraíba foram 35 e na Bahia 36. Estas duas últimas áreas foram objeto de uma visita exploratória, na qual se procurou entrevistar informantes-chave com o intuito de compreender possíveis razões para esse desempenho positivo verificado, cujos resultados são apresentados a seguir.

### **Um ´zoom´ no Sertão Paraibano**

Esta primeira incursão em campo teve dois objetivos básicos. Em primeiro lugar, buscou-se ouvir explicações dos próprios atores sociais (membros de Governo, de organizações sociais e do setor privado) sobre o desempenho da região. Além disso, o trabalho de campo teve também o objetivo de verificar a possível continuidade entre as informações positivas encontradas nos Censos e a situação atual da região.

Nenhum destes dois objetivos foi alcançado de maneira satisfatória: tanto a distância no tempo, como a própria instabilidade brasileira dos anos 1990 fizeram com que os atores locais encarassem com incredulidade as informações a respeito dos municípios em situação triplamente vencedora. E quando se convenciam de que, apesar de todos os seus limites, as informações censitárias retratavam algo verossímil, sua explicação concentrava-se nos processos de transferência de renda ou, em alguns poucos casos, localizados, em administração pública especialmente eficiente. Em nenhum caso, os entrevistados identificaram dinâmicas capazes de explicar estes dados positivos e, muito menos, com relação ao fato de a maior parte dos municípios com registros de aumento de renda, redução de pobreza e diminuição da desigualdade concentrar-se em torno de Patos. A única explicação estava no impacto imediato das transferências de renda sobre localidades excessivamente pobres.

Conseqüentemente, o segundo objetivo do trabalho de campo também ficou comprometido: não é possível ligar situações atuais interessantes, sob o ângulo do processo localizado de desenvolvimento, com o desempenho dos municípios durante os anos 1990. Isso não quer dizer que este vínculo não exista: no entanto, a razão pela qual os processos massivos de transferência de renda a pequenos municípios interioranos se traduzem em indicadores triplamente vitoriosos apenas em alguns deles não é objeto sequer de hipóteses explicativas por parte dos atores locais.



O principal resultado positivo desta primeira visita a campo está na possibilidade de formular hipóteses a partir de uma constatação mais ou menos generalizada: as regiões rurais do Nordeste brasileiro passam atualmente por processos significativos de transformação, em que a pobreza e a desigualdade parecem reduzir-se de maneira significativa, num ambiente de prosperidade que distancia a região do que era, de forma predominante, nos anos 1990. O limite deste anexo, é que a formulação destas questões e destas hipóteses não tem por base, de maneira específica, os municípios que os dados quantitativos revelaram como os mais bem sucedidos nesta direção e sim situações que ocorrem de maneira mais ou menos generalizada em municípios rurais e da qual, ao menos pelos relatos dos atores, os principais fundamentos estão em situações e políticas que se desenvolveram durante os anos 2000.

- A força da economia residencial

Além das transferências públicas de renda, a região de Patos, na Paraíba, foi beneficiada por recursos vindos de duas atividades econômicas. A primeira é a cultura da cana-de-açúcar no Sudeste e no Centro-Oeste do País, garantida pela migração de dezenas de milhares de jovens trabalhadores, sobretudo do Nordeste do País. Apesar de condições de trabalho penosas, é, de longe, o produto agrícola que melhor remunera a mão-de-obra a ele dedicada. Os trabalhadores passam alguns meses vivendo em condições precárias, sobretudo no interior de São Paulo, mas obtêm remuneração muito superior à de qualquer atividade que pudessem levar adiante em seus municípios de origem.

A segunda atividade de intenso efeito multiplicador local é a venda de redes. O produto é confeccionado em uma cidade totalmente voltada a sua fabricação, São Bento. Ali, em cada quarteirão existem pequenas e algumas vezes grandes fábricas, em geral atividades familiares. Parte significativa do produto é vendida por meio de indivíduos que se deslocam por todo o continente latino-americano. São milhares de jovens egressos desta região e que, após meses na venda de rede, voltam com uma renda considerável.

Nos dois casos, a maior parte dos ganhos daí derivados são gastos nos municípios de origem dos trabalhadores, o que, somado às transferências públicas oferece uma fonte importante de atividade econômica, ainda que, evidentemente, de pequena escala.

- Investimentos públicos

Investimentos públicos em infra-estruturas e serviços locais como estradas, melhorias no sistema de atendimento médico e a eletrificação rural também contribuíram para a criação de um ambiente que propicia a volta destes migrantes temporários para seus





municípios de origem. Dados do IPEA mostram que, apesar da precariedade, o sistema público de educação e saúde melhorou mais no Nordeste do Brasil que no conjunto do País. É importante também a ampliação de vagas no sistema universitário privado: a política de concessão de bolsas de estudo por parte do Governo Federal faz com que o horizonte de uma formação universitária já não esteja completamente distante da estratégia de vida dos filhos das famílias pobres.

- O trabalho a domicílio em atividades não agrícolas

Os efeitos multiplicadores da indústria de rede parecem ter sido intensificados com outras duas importantes atividades que chegam à região a partir de meados dos anos 1990: a indústria de calçados e de confecções. Em ambos os casos, é utilizado, de maneira considerável, o trabalho a domicílio feito tanto em residências nas sedes de pequenos municípios, como em propriedades que se voltam também à agropecuária (cada vez menos à agricultura e mais à pecuária, como será visto a seguir). Além do trabalho vinculado à demanda industrial, crescem no período recente os próprios financiamentos do PRONAF para atividades autônomas não agrícolas: cerca de 13% dos contratos voltados ao público do PRONAF referem-se a atividades não agrícolas.

- O leite

Foi praticamente unânime entre os entrevistados o reconhecimento da importância da produção de leite para a dinamização recente de regiões rurais da Paraíba. Na verdade, trata-se de um processo que reúne diversos componentes. Em primeiro lugar, existem (já desde o final dos anos 1990) políticas estaduais (que agora se consolidam numa política federal) que pagam ao produtor preço superior ao que vigora no mercado. A diferença é coberta pelo Governo Federal e o produto faz parte do Fome Zero. A maior parte do leite comprado é de vaca, mas é crescente a oferta de leite de cabra.

O mais interessante é que esta política não visa apenas garantir a oferta pública de leite em programas de suprimento alimentar: ela tem o objetivo explícito de beneficiar os segmentos de mais baixa renda entre os agricultores. Para isso, o Governo Federal, em cooperação com os governos estaduais, implanta um sistema de cotas, que limita a quantidade de leite comprada de cada agricultor e, por aí, estimula os de menor porte a ampliar sua oferta.

O resultado local, ao menos no caso constatado em campo é especialmente interessante. No município de Passagem, localidade distante, cuja ligação com centros maiores se faz



por estrada de terra e cuja paisagem é especialmente árida, prevalecia uma situação de marasmo até que uma usina de produção de leite fosse implantada. Conforme relata o proprietário da usina, era uma região que vivia sob a crença da impossibilidade física de oferta permanente de leite. Com tradição em atividades industriais em São Paulo, este proprietário conheceu a região e fez um trabalho durante três anos para que os produtores locais tomassem crédito do PRONAF com base no qual intensificariam a pecuária. Ao mesmo tempo, ele obteve recursos para implantação de sua unidade industrial de processamento de leite de vaca e de cabra. Contrariando as expectativas locais, ele liderou a formação de um novo mercado, composto por cerca de 250 produtores que oferecem o produto durante todo o ano (numa região em que a produção era ocasional e estritamente doméstica) e mais 250 produtores que ampliam a oferta durante o período do verão.

O mais interessante é que não se tratou apenas do aproveitamento de uma oportunidade já existente, mas de uma verdade construção social do mercado de leite. A base desta construção é a garantia (dada pelo poder público) de que o produto do agricultor familiar será comprado por preço superior ao do mercado. Ao mesmo tempo, é fundamental a presença – ainda que precária – de assistência técnica e sanitária dos órgãos estaduais para garantir a qualidade do produto. A iniciativa do empreendedor privado e sua capacidade de contrariar a inércia que, localmente, postulava a impossibilidade de ampliar a oferta do produto com base em agricultores supostamente inviáveis, foram decisivas. Sua formação em atividades industriais também contribuiu de maneira nítida para que a usina funcionasse.

Três elementos

### **Um ‘zoom’ no Sertão Produtivo da Bahia**

O segundo território visitado foi o auto-denominado Sertão Produtivo, situado no sul da Bahia. Também aqui o objetivo consistia em interrogar os atores locais sobre as possíveis razões do bom desempenho revelado pelos dados secundários e averiguar indícios de uma eventual continuidade desta dinâmica nos anos mais recentes. E também aqui as dificuldades não foram poucas para atingir este duplo objetivo. Três foram os principais problemas encontrados. Primeiro, o fato de se estar buscando respostas para processos sociais e econômicos que tiveram lugar uma década atrás. Alguns dos informantes-chave entrevistados não ocupavam posição de destaque naquele período e, portanto, não tinham conhecimento suficiente da dinâmica regional para fornecer respostas consistentes. Segundo, o ceticismo sobre os resultados apresentados. A reação inicial é



sempre de incredulidade, e os argumentos que sustentam essa desconfiança se assentam, sempre, na persistência da precariedade encontrada nestes lugares. Porém, quando se pede uma comparação com um ponto anterior no tempo – e não com situações ideais –, o ceticismo dá lugar a uma concordância parcial de que “as coisas melhoraram”. Mas justamente aí emerge a terceira dificuldade: não parece haver uma causa unívoca ou sequer um conjunto facilmente identificável de fatores que poderiam explicar a performance da região. Ao contrário, tudo indica que ali ocorreu a confluência de um pequeno conjunto de características locais que se somaram a processos históricos e a fatores macroeconômicos dando ensejo à melhoria na renda, acompanhada da redução da pobreza e da desigualdade.

- Crise do algodão e a recomposição da economia regional

A história desta região está ligada, como em boa parte do sertão nordestino, às atividades pecuária e algodoeira. Boa parte dos municípios hoje existentes se emancipou de Caetitês, núcleo mais antigo e que, durante muito tempo, foi o principal centro regional, depois desbancada por outras cidades como Guanambi e Brumado. Dali e de municípios vizinhos saíram políticos influentes como a família de Anísio Teixeira, ele próprio um dos mais influentes intelectuais brasileiros dos anos cinquenta e sessenta, ou Nilo Coelho, que viria a governar o estado exatamente na virada da década de oitenta para a década de noventa. Todas estas famílias tinham na tradição e na propriedade fundiária os alicerces de sua inserção na vida política e econômica.

Na virada dos anos oitenta para os anos noventa, primeiro ponto de tomada dos dados utilizados neste estudo –, a região experimenta uma queda na renda derivada da crise que atingiu o algodão, motivada pela praga do Bicudo, e que praticamente dizimou as lavouras afetando duramente a economia local. Este fato, associado à erosão do poder político das famílias tradicionais que ocorre no Brasil pós-redemocratização, abriu espaço para uma recomposição da economia regional, onde novos atores entraram em cena.

Um destes atores é a agricultura familiar local. Formada nos interstícios da grande propriedade tradicional, os agricultores estruturaram suas unidades em pequenas áreas, minifúndios formados por desmembramentos das fazendas nos períodos de crise ou mesmo por partilhas de herança. Esta estrutura mais desconcentrada beneficiou-se diretamente de dois fatores de ordem geográfica: a relativa distância desta região em relação aos pólos dinâmicos da economia baiana, e a característica acidentada do relevo,



que não favoreceu a mecanização das lavouras e com elas o processo de reconcentração das terras, tal como na área à Oeste do Rio São Francisco, onde se instalou o pólo de produção de grãos. Hoje estes agricultores têm uma produção de pequena escala mas bastante diversificada: a produção de gêneros de subsistência como a mandioca, o feijão e o milho é acompanhada de uma produção de hortaliças e de uma atividade leiteira direcionadas ao mercado local e, no caso do leite, ao abastecimento de grandes laticínios como a Nestlé.

Outro grupo de atores reúne um emergente pequeno empresariado e profissionais liberais com dupla origem. Uns são descendentes de famílias de agricultores ou de empregados dos núcleos urbanos que experimentaram uma maior escolarização e, com isso, adquiriram as credenciais cognitivas e culturais que lhes permitiu enxergar novas possibilidades de investimento profissional: são professores, pequenos comerciantes e empresários de serviços. Os demais já vêm de famílias de profissionais liberais mais antigos ou são originários das famílias tradicionais que agora, diante do enfraquecimento do poder econômico e político herdado, também vão buscar outras formas de inserção que lhes permita, senão a mesma distinção de outrora, ao menos um patamar de renda e um status diferenciado perante o conjunto da população local: são advogados, médicos, pequenos empresários de manufaturas (com destaque para as confecções) e grandes lojistas.

Atores externos também adentraram o espaço regional nas duas últimas décadas. É este, sobretudo, o caso das mineradoras cuja atividade vem aumentando na região e que, juntamente com a indústria cerâmica, dão a força do setor industrial local. Ali está situada a maior mina de Urânio do país, com uma unidade local da INB (Indústrias Nucleares do Brasil). Tanto a atividade de extração do Urânio - pelos potenciais problemas de contaminação por radiação -, como a atividade cerâmica - pela demanda por carvão e o tradicional assoreamento dos rios -, são fontes de problemas ambientais graves. Já se observa na região, como efeito destas atividades, o comprometimento de recursos hídricos e um forte desflorestamento.

Dados reunidos por Mello e Silva & Nentwig Silva (2006) no livro Estudos sobre globalização, território e Bahia, mostram que o sul da Bahia, onde se insere o chamado Território do Sertão Produtivo, era, dentre as regiões que compõem o estado, aquela com menor grau de desequilíbrio regional, e também uma das que apresentavam maior diversificação da atividade econômica.

- Investimentos públicos e a superação da dicotomia rural-urbano



Este tipo de economia mais diversificada e descentralizada parece se beneficiar de uma configuração das relações entre as áreas tradicionalmente classificadas como rurais ou urbanas. É muito comum encontrar em vários dos municípios da região famílias de agricultores que vivem nas sedes das cidades e fazem deslocamentos diários para o trabalho na lavoura ou na pecuária de pequeno escala. Assim como é comum encontrar famílias onde ao menos um de seus membros fazem o movimento pendular inverso, indo trabalhar nas sedes das cidades mas mantendo o local de residência na unidade familiar em que os pais continuam se dedicando à atividade agrícola. São pessoas que não precisaram migrar para os centros urbanos distantes para ter acesso a amenidades urbanas como o acesso a serviços de educação e saúde ou opções de lazer. Segundo vários entrevistados esta foi uma realidade tornada possível no período de que tratam os dados, quando foram feitos investimentos em infra-estrutura, estradas e equipamentos públicos principalmente, e serviços. Além da expansão da rede de ensino fundamental e de atendimento à saúde, a região conta também com quatro unidades da Universidade Estadual da Bahia, que formam profissionais concentradamente em cursos de licenciatura e que acabam atuando na própria região onde os municípios têm, em média, de 10 a 30 mil habitantes e são separados por distâncias inferiores a 30 quilômetros.

- A força da economia residencial

Apesar destas características locais marcantes, os informantes entrevistados atribuem a dois fatores os resultados positivos obtidos. O primeiro são as transferências de renda via programas públicos e políticas sociais. O acesso de famílias de agricultores a recursos da previdência social aumentou a massa de recursos circulando no comércio destes pequenos municípios e representou uma segurança perante a crise que atingiu o emprego formal no Brasil dos anos noventa. Por isso muitos jovens voltaram para a região naquele período. O segundo fator é a migração sazonal de trabalhadores para o trabalho no corte da cana em áreas de São Paulo e do Centro-Oeste. Em uma das cidades da região os arregimentadores de mão-de-obra reúnem, dali e de cidades vizinhas, em torno de cinco mil homens que anualmente se deslocam e retornam, ao final do período de trabalho, com até nove mil reais em economias obtidas com o extenuante trabalho nos canaviais.

- A influência do trabalho de organização da esquerda católica



O conjunto de fatores elencados até aqui fornecem pistas possíveis para a ocorrência dos bons indicadores de renda, pobreza e desigualdade. Mas não poderiam explicar porque nem todos os municípios da região tiveram essa performance positiva. Afinal, a história regional é uma só, as transferências beneficiam a todas as áreas, e a melhoria da infraestrutura também se deu de maneira generalizada. Ocorre que em vários municípios houve um forte trabalho da esquerda católica, com a organização de dezenas de Comunidades Eclesiais de Base. Através delas promoveu-se a formação de redes de auto-ajuda e um trabalho de conscientização e formação política que viria a dar origem a um número expressivo de associações, cooperativas e organizações sociais como sindicatos e, mais recentemente, grupos ambientalistas. Parte destas associações funcionam também como redes de informações sobre oportunidades de trabalho e de pequenos negócios entre famílias pobres. Algumas destas cooperativas estão sendo responsáveis pela expansão da produção de leite, em crescimento na região. Vários dos sindicatos locais têm uma atuação bastante expressiva e têm buscado atuar na formação de cooperativas e grupos de produção, tanto quanto na expansão do acesso a linhas públicas de crédito e financiamento como o Pronaf. E são estes grupos ambientalistas que vêm tentando limitar a depleção dos recursos naturais comprometidos na atividade ceramista e mineradora.

### **Uma nova economia regional?**

As visitas a estas duas regiões tiveram caráter exploratório e não serviram para encontrar respostas. Mas a apresentação sumária do que nelas se encontrou permite dizer que a hipótese geral anunciada no texto principal de que faz parte este anexo pode ser promissora: as regiões triplamente vencedoras parecem experimentar uma conjugação entre a força da economia residencial (com transferência de recursos privados e públicos) com o fornecimento de serviços públicos básicos e políticas que estimulam a inserção mercantil de atividades econômicas de pequena escala (como a pecuária leiteira, por exemplo).

Quando se olha para estes territórios como um campo, no sentido dado por Pierre Bourdieu, e não como uma unidade homogênea, como muitas vezes é sugerido pela idéia de região, a principal característica que salta aos olhos é a mudança. Mudança nas atividades econômicas que vêm respondendo pela formação da renda dos agricultores; mudanças nas atividades que vêm respondendo pela formação da riqueza dos municípios; mudança no acesso a escolarização entre as famílias mais pobres; mudança nas características dos atores sociais locais; mudanças naquilo que Neil Fligstein chamava de habilidades sociais manipuladas por estes atores, tanto para levar adiante suas atividades produtivas como seus projetos de vida. Tudo indica que em algumas



destas regiões interioranas está florescendo algo que pode ser o embrião de uma nova economia regional. Ali ainda impera a precariedade, por certo. Mas seria miopia enxergar nestes locais somente a repetição de velhos padrões de dominação.

### **Referências bibliográficas**

BACELAR, T. (1998). Nordeste, Nordestes: que Nordeste ? Recife: Fundaj

OLIVEIRA, F. (1993). Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra

THERY, H. (2001). Pouvoir et territoire au Brésil: de l'archipel au continent. Paris: Ed.EHESS

VELTZ, P. (2002). Mondialisation, villes et territoires : une économie d'archipel. Paris: PUF.

